

RESOLUÇÃO Nº 12/REIT - CEPEX/IFRO, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, EaD, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Estatuto e, considerando o Processo nº 23243.015266/2017-56, considerando ainda a aprovação unânime do CEPEX, durante a 20ª Reunião Ordinária, em 30/06/2020;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na Modalidade a distância, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte, anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

UBERLANDO TIBURTINO LEITE

Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.



Documento assinado eletronicamente por **Uberlando Tiburtino Leite, Reitor**, em 01/07/2020, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0950751** e o código CRC **A610497D**.

ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 12/CEPEX/IFRO, DE 30 DE JUNHO DE 2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
GABINETE DA REITORIA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE PÚBLICA

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE**Modalidade: a Distância**Porto Velho – RO
2020PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA APRESENTADO À DIRETORIA DE ENSINO DO *CAMPUS* PORTO VELHO ZONA NORTE PELA COMISSÃO NOMEADA PELA PORTARIA Nº 106/PVZN - CGAB/IFRO, DE 15 DE ABRIL DE 2019**SUMÁRIO****1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

- 1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO
- 1.2 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO
- 1.3 CORPO DIRIGENTE
- 1.4 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO
 - 1.4.1 Histórico do *Campus* Porto Velho Zona Norte
 - 1.4.2 Histórico da EaD no IFRO

2 APRESENTAÇÃO

- 2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO
- 2.2 TOTAL DE VAGAS
- 2.3 JUSTIFICATIVA
 - 2.3.1 Pesquisa de demanda
- 2.4 PÚBLICO-ALVO
 - 2.4.1 Forma de ingresso
- 2.5 OBJETIVOS
 - 2.5.1 Objetivo geral
 - 2.5.2 Objetivos específicos
- 2.6 PERFIL DO EGRESSO
 - 2.6.1 Áreas de atuação

3 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

- 3.1 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA
 - 3.1.1 Estratégias de ensino previstas no curso
 - 3.1.2 Transversalidade no currículo
 - 3.1.3 Estratégias de acompanhamento pedagógico
 - 3.1.4 Estratégias de flexibilização curricular
 - 3.1.5 Estratégias de desenvolvimento de atividades não presenciais
 - 3.1.5.1 Atividades de tutoria
 - 3.1.6 Curricularização da extensão
 - 3.1.7 Outras atividades previstas para o curso
- 3.2 ESTRUTURA CURRICULAR
 - 3.2.1 Matriz curricular
 - 3.2.2 Planos das disciplinas
- 3.3 AVALIAÇÃO

3.3.1 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem

3.3.1 Avaliação do curso

3.4 PRÁTICA PROFISSIONAL

3.4.1 Prática profissional integrada ao currículo

3.4.2 Prática Profissional Supervisionada – estágio e/ou atividade equiparada

3.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

3.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

3.7 INCLUSÃO E APOIO AO DISCENTE

3.7.1 A inclusão educacional

3.7.2 O Apoio ao Discente

3.8 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

3.8.1 Multimeios didáticos

3.8.2 Recursos de informática

3.8.3 Ambiente virtual de aprendizagem

3.9 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

3.10 INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

3.11 CERTIFICAÇÃO

3.11.1 Certificação de Conclusão de Curso

4 EQUIPE DOCENTE E TUTORIAL PARA O CURSO

4.1 REQUISITOS DE FORMAÇÃO

4.2 DOCENTES PARA O CURSO

4.2.1 Experiência profissional do quadro docente

4.2.2 Índice de qualificação

4.3 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

4.4 POLÍTICA DE APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

5 GESTÃO ACADÊMICA

5.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

5.2 COLEGIADO DE CURSO

5.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

5.4 ASSESSORAMENTO AO CURSO

5.4.1 Diretoria de Ensino

5.4.1.1 NAPNE

5.4.2 Departamento de Extensão

5.4.3 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

5.4.4 Equipe técnico-pedagógica

6 INFRAESTRUTURA

6.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

6.2 INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

6.2.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida

6.2.2 Acessibilidade para alunos com deficiência visual

6.2.3 Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva

6.3 INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA

6.3.1 Laboratórios

6.3.2 Plano de Atualização Tecnológica e Manutenção dos Equipamentos

6.4 BIBLIOTECA

7 TECNOLOGIA DE EAD

- 7.1 PRODUÇÃO EM EAD
- 7.2 PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO
- 7.3 FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM
- 7.4 ESTRUTURA DOS POLOS

8 BASE LEGAL

9 REFERÊNCIAS

10 APÊNDICE: PLANOS DE DISCIPLINA

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Figura 1 - Pirâmide etária Rondônia

Figura 2 - Evolução no número de matrículas em Rondônia

Figura 3 - Participação de Administração Pública no PIB das cidades e principal setor do PIB dos municípios
por Estado

Figura 4 - Fluxo de produção de material

Quadro 1 - Transversalidade no currículo

Quadro 2 - Dimensões dos componentes curriculares

Quadro 3 - Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - EaD

Quadro 4 - Disciplinas optativas

Quadro 5 - Requisitos de formação por disciplina

Quadro 6 - Docentes que atuarão no curso e sua formação

Quadro 7 - Lista dos professores que irão atuar no curso e suas titulações

Quadro 8 - Correlação entre o quantitativo de profissionais e sua titulação e área de formação

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

CNPJ: 10.817.343/0001-05

Endereço: Avenida Tiradentes, nº 3009, bairro Setor Industrial

Cidade/UF/CEP: Porto Velho/RO – CEP: 76.821-001

Telefones: (69) 2182-9600

E-mail: reitoria@ifro.edu.br

1.2 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO

Nome: *Campus* Porto Velho Zona Norte

CNPJ: 10.817.343/0007-92

Endereço: Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial

Cidade/UF/CEP: Porto Velho/ RO / 76.821-002

Telefones: (69) 2182-3801

E-mail: campusportovelhozonanorte@ifro.edu.br

1.3 CORPO DIRIGENTE

Reitor(a): Uberlando Tiburtino Leite

Pró-Reitor(a) de Ensino: Edslei Rodrigues de Almeida

Pró-Reitor(a) de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Gilmar Alves Lima Júnior

Pró-Reitor(a) de Extensão: Maria Goreth Araújo Reis

Pró-Reitor(a) de Administração: Jéssica Cristina Pereira Santos

Pró-Reitor(a) de Desenvolvimento Institucional: Gilberto Paulino da Silva

Diretor(a) de Educação a Distância: Aloir Pedruzzi Junior

Diretora-Geral da unidade: Ariádne Joseane Félix Quintela

Telefone: (69) 2182-3800

Email: dg.pvhzonanorte@ifro.edu.br

Diretor de Ensino da unidade: Váldeon Amaro Lima

Telefone: (69) 2182-3800

Email: de.pvhzonanorte@ifro.edu.br

1.4 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado através da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. A referida lei reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e CEFETs, transformando-os em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nacionalmente, a Instituição faz parte de uma rede federal de educação profissional, científica e tecnológica centenária, que teve sua origem no Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha, por meio do qual foram criadas 19 (dezenove) Escolas de Aprendizes Artífices.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, atuando na educação básica e superior, na pesquisa e no desenvolvimento de produtos e serviços em estreita articulação com a sociedade. Regionalmente, é resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época em fase de implantação, e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, com 15 (quinze) anos de existência. A fusão originou uma Reitoria, com a previsão de funcionamento de 5 *Campi*: Ariquemes, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena e um *Campus* Avançado em Cacoal. O perfil empreendedor enraizado na instituição fez com que, em 2014, o IFRO já possuísse em sua estrutura administrativa, a Reitoria, 7 (sete) *Campi* e 25 (vinte e cinco) polos de Educação a Distância.

Atualmente, o Instituto Federal de Rondônia possui 10 (dez) *campi* presenciais, implantados em municípios estratégicos do estado. Mas o processo de expansão e interiorização do IFRO se faz também através da criação e implantação de polos de apoio presencial da Educação a Distância (EaD). Atualmente, são 52 (cinquenta e dois) polos de EaD em parceria com municípios do Estado, consolidando a abrangência da instituição em todo o território estadual. Abaixo são apresentados os marcos históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia:

- 1993: Criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura, por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993. Apenas a Escola Agrotécnica foi implantada, com a oferta do Curso de Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária;
- 2005: Credenciamento da Escola Agrotécnica Colorado do Oeste como Faculdade Tecnológica, com a oferta dos primeiros cursos superiores criados: Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnologia em Laticínios;
- 2007: Implantação do Curso Técnico em Agropecuária em Colorado do Oeste. Conversão da Escola Técnica Federal de Porto Velho em Escola Técnica Federal de Rondônia, por meio da Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007, com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena. As escolas não foram implantadas;
- 2008: Autorização de funcionamento da Escola Técnica Federal de Rondônia Unidade de Ji-Paraná, por meio da Portaria Nº 707, de 09 de junho de 2008. Autorização de funcionamento do *Campus* Ji-Paraná, por meio da Portaria nº 706, de 09 de junho de 2008, e do *Campus* Colorado do Oeste, pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio do artigo 5º, inciso XXXII da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que integrou em uma única instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste. Foram criados os *Campi* Ariquemes, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena;
- 2009: Início das aulas do *Campus* Ji-Paraná e dos processos de expansão da rede do IFRO. Primeiro curso de Especialização Lato Sensu do IFRO, em Educação Profissional Integrada com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), com turmas em Colorado do Oeste e Ji-Paraná. Autorização de funcionamento do *Campus* Ariquemes, por meio da Portaria nº 4, de 06 de janeiro de 2009;
- 2010: Autorização do funcionamento do *Campus* Avançado Cacoal e do *Campus* Avançado Porto Velho Zona Norte, por meio da Portaria nº 1.366, de 06 de dezembro de 2010, além do *Campus* Vilhena, por meio da Portaria nº 1.170, de 21 de setembro de 2010. Início das atividades letivas do *Campus* Ariquemes. Ainda no primeiro semestre de 2010, passa a ser ofertado o curso de graduação em Química (licenciatura) no *Campus* Ji-Paraná;
- 2011: Início das atividades do *Campus* Avançado Porto Velho Zona Norte. Início da oferta dos Cursos na modalidade de Educação a Distância, em 22 (vinte e dois) polos: Técnico em Meio Ambiente; Técnico em Eventos; Técnico em Logística; Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos. Início da primeira turma de Engenharia do IFRO (curso de Engenharia Agrônoma em Colorado do Oeste);

- 2012: Ocorre, em 28 de setembro, a primeira audiência pública do IFRO em Cacoal para apresentação dos dados da pesquisa de atividades econômicas regionais. A Câmara de Vereadores de Guajará-Mirim aprovou a doação do terreno para a construção da sede da nova unidade do IFRO, por meio da Lei de doação do terreno sob o número 1.548/2012 da Prefeitura Municipal, com uma área total superior a 30 mil metros quadrados;
- 2013: Início da oferta de cursos pelo *Campus* Porto Velho Zona Norte com os cursos presenciais de Técnico em Informática para Internet, Técnico em Finanças e Superior de Gestão Pública, além da oferta dos cursos técnicos EaD produzidos pelo IFRO de Técnico em Informática para Internet e Técnico em Finanças. Mudança na categoria de *Campus* Avançado de Porto Velho para *Campus* Porto Velho Zona Norte (Portaria nº 331, de 23 de abril de 2013). Abertura de 16 novos polos de EaD, totalizando 25 polos de EaD no Estado. Início, em janeiro, das obras do novo *Campus* Guajará-Mirim, através da Ordem de Serviço nº 17, de 20 de dezembro de 2012. Integração da EMARC ao IFRO como *Campus* Ariquemes (Portaria nº 331, de 23 de abril de 2013) e autorização de funcionamento do *Campus* Porto Velho Calama (Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013). Mudança de categoria de *Campus* Avançado Cacoal para *Campus* Cacoal (Portaria nº 330 de 23 de abril de 2013);
- 2014: Acordo de Cooperação Acadêmica com a *Universidad Nacional de Colombia* (UNAL), possibilitando pesquisa conjunta, realização de mobilidade estudantil e estágios, além de Termo de Cooperação com o Centro Internacional de Métodos Numéricos em Engenharia (CIMNE), com possibilidade de capacitação para servidores e alunos. Primeira consulta à comunidade do IFRO para eleição dos cargos de Reitor do IFRO. Neste ano também foram escolhidos os Diretores-Gerais dos *Campi* de Colorado do Oeste e Ji-Paraná;
- 2015: Protocolo de Intenções assinado com os Institutos Politécnicos de Bragança (IPB) e do Porto (IPP), em Portugal, com realização de mobilidade estudantil e estágios. Mudança do *Campus* Porto Velho Calama para o novo prédio: 17 salas de aulas, 32 laboratórios, 1 auditório grande, 2 miniauditórios, restaurante e área de convivência, 1 biblioteca grande, salas administrativas para todos os departamentos e estacionamento pavimentado;
- 2016: Ato autorizativo dos *Campi* Guajará-Mirim e Jaru (Avançado), ambos por meio da Portaria nº 378, de 9 de maio de 2016. Guajará-Mirim foi idealizado desde 2009 para um perfil binacional. Firmado, em agosto, Termo de Cooperação com a *Universidad Autónoma del Beni*, que possibilitará o intercâmbio de servidores e estudantes para o desenvolvimento conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão;
- 2017: Realização da cerimônia de inauguração da primeira etapa do *Campus* avançado Jaru, no dia 12 de maio de 2017, com presença do Ministro da Educação, José Mendonça Filho. Início dos cursos de Engenharia de Controle e Automação (Porto Velho Calama), Arquitetura e Urbanismo (Vilhena), Licenciatura em Ciências (Guajará-Mirim), Zootecnia (Cacoal e Colorado do Oeste) e curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial (Porto Velho Zona Norte). A tipologia do *Campus* Avançado Jaru foi alterada para *Campus* Jaru, conforme Portaria MEC Nº 1.053, de 5 de setembro de 2017;
- 2018: Início do curso de Engenharia Agrônoma em Ariquemes; Autorização de funcionamento do *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé;
- 2019: Início do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas em Ariquemes e do curso de Medicina Veterinária em Jaru.

1.4.1 Histórico do *Campus* Porto Velho Zona Norte

O *Campus* Porto Velho Zona Norte teve seu funcionamento autorizado como *Campus* Avançado pela Portaria nº1.366, de 6 de dezembro de 2010.

No ano de 2011, com a equipe formada pela Direção-Geral, Coordenação-Geral de Ensino e Coordenação de Administração e Planejamento, deu-se início às atividades de planejamento e implantação do *Campus* oficialmente, com a aplicação de questionários para identificação da demanda a ser atendida pelo novo *Campus* que surgira.

Com uma estrutura voltada à Educação a Distância (EaD), o *Campus* Porto Velho Zona Norte, por sua conversão de *Campus* Avançado para *campus* regular, assume, por transferência da Pró-Reitoria de Ensino, toda a gestão administrativa e pedagógica voltada à EaD no *campi* e polos regionais do IFRO.

Passou a oferecer, em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR), os Cursos Técnicos em Administração, Serviços Públicos, Meio Ambiente, Reabilitação de Dependentes Químicos, Eventos, Logística, Segurança do Trabalho e Agente Comunitário de Saúde, além dos cursos do Programa Profucionário: Cursos Técnicos em Multimeios Didáticos, Infraestrutura Escolar, Secretaria Escolar e Alimentação Escolar, alcançando já neste período mais de 4.000 alunos.

Com início das atividades próprias em 2013, passou a ofertar os cursos Técnicos em Informática para Internet e Técnico em Finanças, além do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, todos presenciais. Além disso, com a instalação dos estúdios de produção de educação a distância, abriu os primeiros cursos nesta modalidade: Técnico em Informática para Internet e Técnico em Finanças, ainda em 2013.

O *Campus* Porto Velho Zona Norte está localizado na Avenida Governador Jorge Teixeira, 3146 Setor Industrial, Porto Velho – RO. Possui atualmente área de implantação de aproximadamente quinze mil metros quadrados e uma área total construída com cerca de sete mil metros quadrados. Tendo ciência do tripé que sustenta o ensino na Rede Técnica e Tecnológica Federal, o *Campus* desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, prioritariamente em ações de Educação a

Distância, em razão da característica de sua criação, que é atuar na promoção e produção de cursos EaD. Assim, tem realizado maiores investimentos na estrutura de laboratórios e estúdios para a transmissão de aulas na modalidade EaD.

Deste modo, com uma estrutura voltada à utilização de tecnologias no auxílio aos estudos para o ensino profissional, o *campus* prevê uma interação homem-máquina mais ampla, com utilização de laboratórios temáticos, produção de mídias para educação e ainda utilização de um estúdio de transmissão e gravação de aulas, a fim de atender as mais diversas regiões do Estado, criando condições às comunidades para a inserção, permanência e ascensão no mercado de trabalho.

1.4.2 Histórico da EaD no IFRO

A educação a distância implantada no IFRO ocorre em consonância às políticas de democratização da Educação Profissional e Tecnológica, voltadas para o acesso de pessoas envolvidas em atividades laborais específicas. Para isso, a infraestrutura começou a ser organizada com a implantação de Programas como o e-Tec Brasil e, a partir dele, o Profucionário.

Pela Rede e-Tec Brasil, o projeto de EaD do IFRO, em parceria com o IFPR, iniciou-se no segundo semestre de 2011, a oferta de cursos a distância pelo sistema presencial virtual via satélite, que previa inicialmente a transmissão de cinco Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio, a saber: Meio Ambiente, Logística, Segurança do Trabalho, Reabilitação de Dependentes Químicos e Eventos. No primeiro semestre de 2012, o IFRO ofertou mais seis cursos técnicos: Administração e Serviços Públicos, além dos quatro do Profucionário — Secretaria Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Alimentação Escolar.

Ao longo do período de implantação da EaD no IFRO foram desenvolvidas ações de planejamento e aquisição de equipamentos para instalação de um estúdio de produção de áudio, vídeo e outras mídias, bem como para instalação de uma antena com sinal de satélite próprio. Os estúdios, praticamente finalizados, e o satélite, ativado para transmissão, com capacidade para atingir inclusive outros países.

Em 2013, o *Campus* Porto Velho Zona Norte iniciou a oferta de dois cursos em EaD: Técnico em Informática para a Internet e Técnico em Finanças, produzidos em seus estúdios, com equipe própria de professores e técnicos e um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) construído para esta finalidade, atingindo de imediato 1.200 alunos em 12 polos. Além disso, ampliou o alcance de demandas com seus próprios cursos e a inclusão do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, pela parceria com o IFPR.

Estes cursos atenderam 12 municípios, em 6 *Campi* do IFRO (Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho, Vilhena) e 6 polos externos (Buritituba, Jaru, Cerejeiras, Guajará-Mirim, São Miguel do Guaporé e São Francisco do Guaporé).

O *Campus* Porto Velho Zona Norte, em 2014, ampliou sua oferta com a abertura de 12 novos polos nos municípios de Alta Floresta do Oeste, Candeias do Jamari, Costa Marques, Cujubim, Espigão do Oeste, Machadinho do Oeste, Mirante da Serra, Nova Brasilândia, Nova Mamoré, Ouro Preto D'Oeste, Presidente Médici e Distrito de Extrema (Porto Velho).

Em dezembro de 2015, por meio da Resolução nº 65 do CONSUP/IFRO, o IFRO reativou a Diretoria de Educação a Distância (DEaD), ligada diretamente à Reitoria, com a finalidade de planejar, organizar e ampliar as políticas de educação a distância no âmbito do Instituto. A ação gera a possibilidade de institucionalizar a produção de EaD nos *Campi* do IFRO, visando ao fortalecimento e à excelência da oferta de ensino nesta modalidade.

Em 2016 o IFRO iniciou parceria com o Governo do Estado de Rondônia no projeto “Mediação Tecnológica”, ofertando o curso Técnico em Cooperativismo concomitante ao ensino médio para milhares de alunos da SEDUC (Secretaria de Estado da Educação) residentes em locais de difícil acesso, através de aulas transmitidas ao vivo via satélite. O projeto teve três turmas ingressantes nos anos de 2016 a 2018.

Atualmente o IFRO possui 10 polos nos *Campi* do IFRO, 40 polos em parceria com prefeituras, 120 polos em parceria com o Governo do Estado de Rondônia e 6 polos em parceria com a CAPES (UAB).

Assim, o *Campus* Porto Velho Zona Norte organiza-se para produzir objetos de ensino e aprendizagem e expandir a oferta de seus cursos na modalidade a distância, proporcionalmente aos investimentos em contratação de pessoal e capacitação para o uso especializado de hipermídias e metodologias de atendimento em EaD.

2 APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) foi concebido para atender às necessidades regionais relativas à educação profissional de nível médio e superior e contribuir para o desenvolvimento humano, científico e tecnológico. Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) considera os desafios na formação técnica e profissional diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mundo do trabalho e nas condições de exercício profissional.

Ressalta-se, também, que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia não se constitui apenas como uma instância reflexiva da sociedade e do mundo do trabalho, mas também como um espaço de cultura e de imaginação criativa, capaz de intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos. Sendo assim, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública pretende formar profissionais com competências e habilidades que os tornem capazes de solucionar problemas da sociedade, executando as atividades relativas à função em sua plenitude.

Neste projeto pedagógico de curso, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia apresenta uma visão sintética da carreira, compreendendo os seguintes aspectos: perfil, missão, contextos histórico e geográfico, objetivos, concepções e organização curricular. Dessa forma, a proposta, na sua macro e microestrutura, deverá servir como instrumento norteador no processo de formação do profissional, construindo o perfil desejado do futuro egresso, focando nas necessidades da região e nas aspirações da população local.

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Modalidade: A Distância (EaD)

Área de Conhecimento/Eixo Tecnológico: Ciências Sociais Aplicadas/Gestão e Negócios

Carga Horária: 1.800 horas

Habilitação: Tecnólogo em Gestão Pública

Requisitos de Acesso/Forma de Ingresso: Processo seletivo público, transferência externa ou edital específico

Distribuição das Vagas: 1000 vagas anuais, distribuídas em Polos de Apoio Presencial

Campus de Funcionamento: Porto Velho Zona Norte

Regime de Matrícula: Semestral, por disciplina

Prazo de Integralização do Curso: no mínimo 4 (quatro) e no máximo 8 (oito) semestres

2.2 TOTAL DE VAGAS

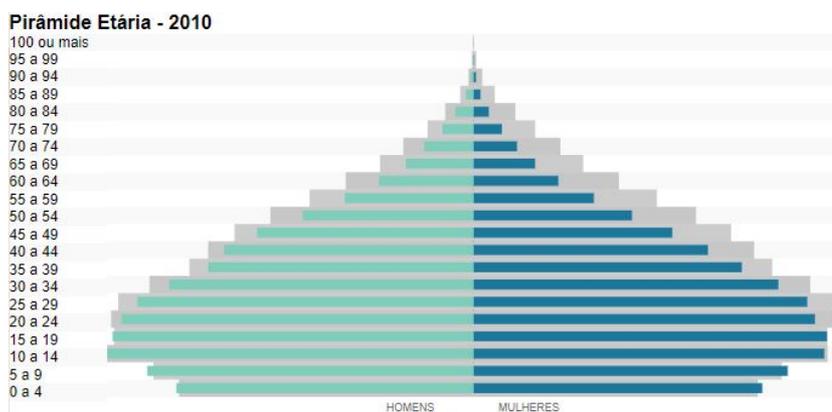
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) oferecerá 1000 vagas anuais.

2.3 JUSTIFICATIVA

Rondônia é o terceiro estado mais populoso da Região Norte, com população estimada no ano de 2019 em 1.777.225 pessoas. No entanto, segundo a estimativa do IBGE, apenas quatro de seus municípios possuem atualmente, população acima de 100 mil habitantes, indicando uma certa distribuição populacional mais ou menos equilibrada entre municípios e regiões geográficas intermediárias.

A população rondoniense é uma das mais diversificadas do Brasil, composta de migrantes oriundos de todas as regiões do país, dentre os quais destacam-se os paranaenses, paulistas e mineiros seguidos por gaúchos, capixabas, baianos, matogrossenses e sergipanos, além de cearenses, maranhenses, amazonenses e acrianos, que fixaram-se na capital, preservando-se ainda os fortes traços amazônicos da população nativa nas cidades banhadas por grandes rios, sobretudo em Porto Velho e Guajará-Mirim, as duas cidades mais antigas do estado. A pirâmide etária em 2010 evidenciava uma população jovem, com maior parte da população entre 15 e 29 anos.

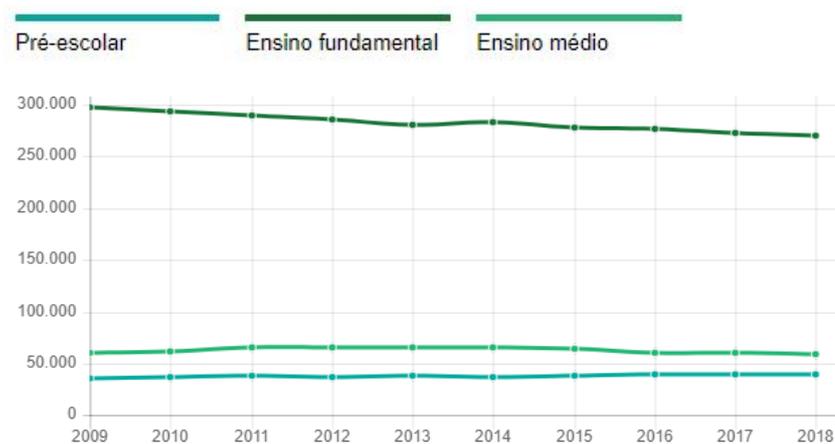
Figura 1 - Pirâmide etária Rondônia



Fonte: IBGE, 2010

O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) dos anos iniciais do ensino fundamental com média de 5,7 coloca Rondônia na 8ª posição entre os estados brasileiros. O número de matrículas no ensino fundamental no ano de 2018 era de 269.626 e no ensino médio chegou a 59.573, mantendo uma reta quase estável nos últimos 10 anos.

Figura 2 - Evolução no número de matrículas em Rondônia



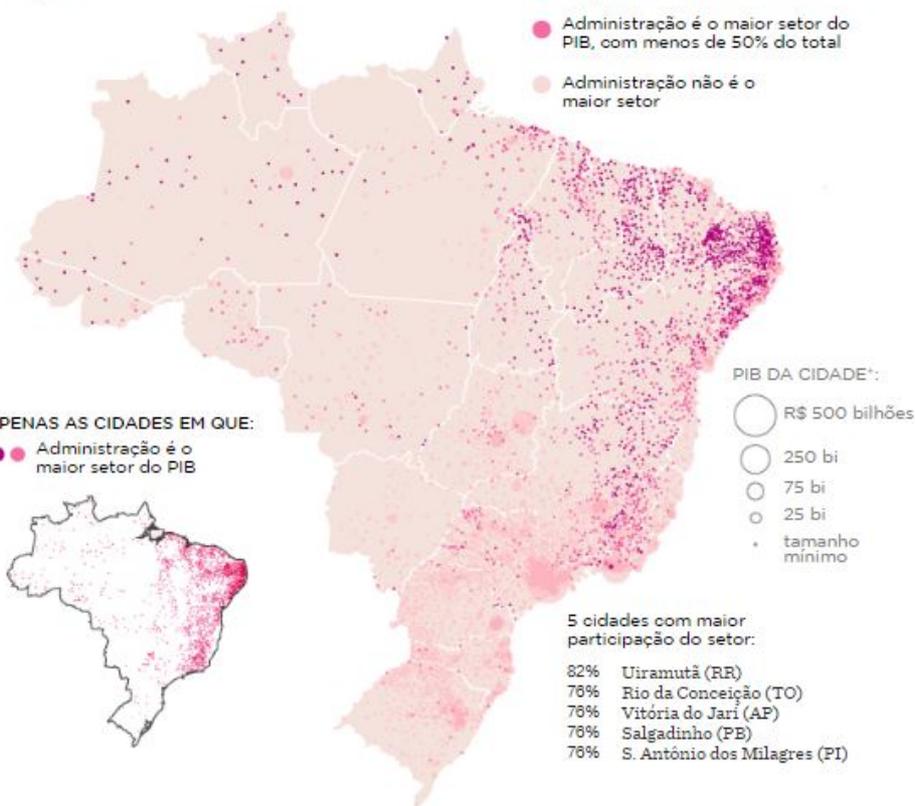
Fonte: IBGE, 2018

O estado é o terceiro mais rico da Região Norte, responsável por 11% do PIB da região. Apesar de ser um estado jovem (criado em 1981), possui o quinto melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região Norte, o terceiro maior PIB per capita, a segunda maior taxa de alfabetização e a terceira menor taxa de analfabetismo entre todos os estados das regiões Norte e Nordeste do país. Contudo, na composição do PIB de Rondônia, o setor de Serviços corresponde a cerca de 65%, sendo a Administração Pública o maior setor do PIB em cerca de 40% dos municípios do Estado, seguido pela Agropecuária e Serviços de modo geral, conforme figuras demonstrativas.

Figura 3 - Participação de Administração Pública no PIB das cidades e principal setor do PIB dos municípios por Estado

Inclui os gastos do governo como salários, mão-de-obra e despesas de pessoal e contribuições sociais efetivas e imputadas

- Administração é o maior setor do PIB, com mais de 50% do total
- Administração é o maior setor do PIB, com menos de 50% do total
- Administração não é o maior setor



APENAS AS CIDADES EM QUE:

- Administração é o maior setor do PIB

■ Serviços ■ Indústria ■ Agropecuária ■ Administração pública



Fonte: Almeida e Zanlorenssi, 2018.

Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/01/10/Qual-o-principal-setor-na-composi%C3%A7%C3%A3o-do-PIB-dos-munic%C3%ADpios-brasileiros> © 2020 | Todos os direitos deste material são reservados ao NEXO JORNAL LTDA., conforme a Lei nº 9.610/98. A sua publicação, redistribuição, transmissão e reescrita sem autorização prévia é proibida.

Por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia (PDES), congrega nos estados amazônicos programas como os Aceleração do Crescimento I e II (PAC I e PAC II), de investimentos em infraestrutura e logística (construção de hidrelétricas, BR-230, BR-319, BR-364 e BR-163), acabam impactando a dinâmica econômica dos estados. E isto reflete que a administração pública, por meio de seus programas e políticas públicas, tem significativa

importância no desenvolvimento econômico e social do Estado. Contudo, o próprio PDES destaca que “há dificuldades por parte do setor público para administrar planos, programas e projetos logísticos de forma integrada e eficiente, havendo falta de recursos humanos com perfil profissional adequado e meios materiais suficientes para realizar ações governamentais”. E realidade impacta todos os municípios rondoniense, visto a falta de capacitação e qualificação de profissionais para atuar na Gestão Pública. (PDES, 2015, p. 81).

Este contexto econômico exige a disponibilidade de recursos humanos qualificados, com capacidade analítica, propositiva e de resolução de problemas, para o atendimento das demandas políticas, sociais e econômicas da localidade onde se encontram. Considerando que o Estado de Rondônia está em franco desenvolvimento e que suas estruturas econômicas e sociais também crescem no mesmo sentido, faz-se necessária a implantação o investimento em formação profissional com o propósito de preparar profissionais melhores qualificados para atender a demanda por melhores tecnologias requeridas pela administração pública que, a cada dia, cresce de forma acelerada as suas demandas.

Desta forma, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade EaD, foi concebido de modo a se integrar ao desenvolvimento econômico, político, cultural e social dos locais de oferta, os considerando como uma região de influência dentro do Estado de Rondônia, respondendo a missão do IFRO de desenvolvimento sustentável da sociedade.

Além disso, com a utilização de metodologias EaD, o IFRO é a única instituição de ensino a oferecer o curso de forma totalmente gratuita e com potencial de alcance de todo o Estado de Rondônia. Atualmente o CST em Gestão Pública é ofertado por algumas instituições de ensino privadas na mesma modalidade, porém com concentração na capital, Porto Velho, havendo muitos municípios sem cobertura de oferta de cursos superiores.

2.3.1 Pesquisa de demanda

Devido a amplitude da oferta para o Estado de Rondônia, não foi realizada uma ampla pesquisa de demanda com a população a sobre o curso. Contudo, foi realizada consulta as 52 Prefeituras Municipais do Estado de Rondônia, com as quais o IFRO já mantém termo de parceria para a oferta de cursos na modalidade EaD e que constituem Polos de Apoio Presencial para essas ofertas, tendo sido registrado o interesse unânime no curso proposto, sendo este interesse corroborado pelos dados econômicos já apresentados.

2.4 PÚBLICO-ALVO

O Projeto tem como alvo prioritário pessoas interessadas em construir habilidades para atuar em diversas áreas do setor público dos três poderes, além de autarquias, agências reguladoras, empresas públicas, sociedade de economia mista, agências de desenvolvimento, fundações públicas, consórcios públicos, entre outros, ou mesmo na iniciativa privada e/ou do terceiro setor (fundações; associações; cooperativas, entre outras), com vias a solução de problemas da sociedade, capazes de atuarem com competência técnica, humanística e ética, bem como de empreenderem análises sobre a realidade política, econômica e social na qual estão inseridos, e com a qual as organizações em que atuam interagem. Para ingresso no curso CST em Gestão Pública o estudante deverá ter concluído o Ensino Médio, ter interesse na área de Gestão Pública e nas Ciências Sociais Aplicadas.

2.4.1 Forma de ingresso

O ingresso de alunos no curso atenderá o que está disposto na Lei nº 12.711/12, que trata das novas condições de acesso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Ocorrerá por meio de uma das seguintes condições: a) através do Sistema de Seleção Unificada (SISU); b) opcionalmente após aprovação dos candidatos em processo seletivo regulado por edital específico do IFRO; c) opcionalmente com o uso de reserva de vagas para aprovados no ENEM; d) ou, ainda, mediante apresentação de transferência expedida por outra Instituição de Ensino Superior, também pública, que ofereça o curso em que se pleiteia o ingresso; e) ou para portador de diploma conforme estabelecido no Regulamento da Organização Acadêmica (ROA) do IFRO. Quando existirem vagas remanescentes, poderá ser realizado um processo seletivo especial, instituído pelo *campus* ofertante em parceria com os Polos, sob autorização da Reitoria.

2.5 OBJETIVOS

2.5.1 Objetivo Geral

Formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável, em seu tripé ambiental, social e econômico, com competência para o planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos públicos.

2.5.2 Objetivos Específicos

- Compreender as relações e conflitos entre os diversos setores da sociedade, incluindo instituições governamentais, organizações não-governamentais, sociedade civil organizada, empresas, sindicatos etc.;
- Aplicar as tecnologias da informação e comunicação em processos que promovam o desenvolvimento regional, com impactos positivos nas organizações;
- Desenvolver competências e técnicas gerenciais, proporcionando ao estudante visão ampla, sistêmica e estratégica para identificar e propor soluções nos problemas das organizações;

- Favorecer a realização de pesquisa sobre gestão com vistas à qualificação dos profissionais e a melhoria do desempenho das instituições públicas rondonienses;
- Preparar tecnólogos responsáveis com a ética, com a sustentabilidade socioeconômica e ambiental e com os direitos humanos.

2.6 PERFIL DE EGRESSO

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional, o egresso de qualquer curso ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia deve constituir-se como sujeito pleno, com formação humanística e de cultura geral integrada à formação profissional; ter competência técnica e tecnológica em sua área de atuação; atuar com base em princípios éticos e de maneira sustentável; saber interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com culturas, modos de ser e pontos de vista divergentes; ser cidadão crítico, propositivo e dinâmico, na busca de novos conhecimentos; ter como características indispensáveis a capacidade de comunicação, trabalho em equipe e liderança.

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - EaD, estas características se somam aquelas orientadas pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores quanto as competências gerais do perfil de conclusão, sendo priorizadas as capacidades de diagnosticar do cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública; desenvolver e aplicar inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública; planejar, implantar, supervisionar e avaliar projetos e programas de políticas públicas voltados para o desenvolvimento local e regional; aplicar metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional; planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão; e avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação.

2.6.1 Áreas de atuação

Como eventuais campos de ação profissional encontram-se os órgãos que compõem a administração pública federal, autárquica ou fundacional, estadual, distrital ou municipal. Também compõe o campo de atuação as atividades a serem exercidas em organizações do terceiro setor, bem como, organizações privadas de assessoramento técnico ou consultoria, prestadoras de serviço público, organizações sem fins lucrativos, órgãos públicos, institutos e centros de pesquisa e até em instituições de Ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente.

3 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

3.1 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

As metodologias propostas visam ao rigor, à solidez e à integração dos conhecimentos teóricos e práticos, voltados para a formação do profissional e do cidadão. O objetivo é oportunizar aos alunos as bases da aprendizagem contemplando os 4 pilares da educação do século XXI: o aprender a aprender que engloba aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer, garantindo a formação de profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento prestado ao indivíduo e à coletividade (DELORS, 2010).

A concepção pedagógica do curso baseia-se na educação ao longo da vida, que consiste na capacidade de aprendizagem do sujeito, independente de sua faixa etária ou condição social. Nessa perspectiva, a Educação a Distância (EaD) propõe por meio da interação a possibilidade de aprendizagem contínua a qualquer tempo e em qualquer espaço. Assim, a EaD do século XXI caracteriza-se pela aplicação e uso de uma diversidade de recursos tecnológicos, conforme estabelece a LDB 9.394/96, Art. 80, dentre eles: os ambientes virtuais para a interação em fóruns virtuais, chats, e-mails e teleconferência. Além das tecnologias tradicionais e das novas tecnologias, o desafio da EaD é privilegiar a autonomia intelectual, isto significa “conceber metodologias de ensino e estratégias de utilização de materiais de ensino/aprendizagem que potencializem ao máximo as possibilidades de aprendizagem autônoma” (BELLONI, 2001, p. 26).

Nessa perspectiva, os conteúdos desenvolvidos atenderão as ementas previamente estabelecidas para cada componente curricular, podendo ser elaborados materiais didáticos pelos próprios professores dos componentes, como também utilizadas a adoção de livros digitais, artigos técnico-científicos disponíveis online, webaulas, entrevistas, enquetes e/ou palestras produzidos para cada componente, além de outros materiais complementares como slides, links de internet, cases e de atividades individuais e coletivas, a serem desenvolvidas no mesmo ambiente e/ou com intervenção empírica, bem como de sessões presenciais de avaliação, sem prejuízo da adoção de outros métodos aptos à produção dos resultados almejados.

Como estratégias de aprendizagem, deverá ser adotada a participação interativa do graduando no processo, em situações desencadeadas por desafios, problemas reais ou simulados, conduzindo a ações resolutivas e aprendizagens significativas que envolvam a pesquisa, levando-o a construção do conhecimento científico em sintonia com os eixos temáticos e objetivos do curso, estabelecendo assim, a relação entre teoria e prática por meio de estratégias que possam imbricar conceitos e experiências que o preparem para o exercício profissional. Nesse sentido, podem ser utilizadas atividades condicionais, em que o discente somente avança a outro conteúdo de um mesmo componente após a realização de atividades que permitam mensurar o aproveitamento de aprendizagem em conteúdo anterior.

As atividades serão continuamente acompanhadas pelo corpo de tutoria, pelas equipes de apoio pedagógico e de apoio multiprofissional, visando garantir a participação ativa dos alunos, o entendimento dos conteúdos e atividades propostos,

e a acessibilidade metodológica as necessidades educacionais específicas, utilizando, sempre que possível e necessário, a tradução em LIBRAS e diagramação adaptada de materiais. O acesso regular ao AVA é obrigatório e o aluno deve cumprir os prazos divulgados em calendário acadêmico e nos recursos do próprio ambiente virtual.

A estrutura do curso é baseada na educação interativa, significativa e flexível, pautada nos princípios da autonomia, cooperação e interação e com uso de recursos tecnológicos como suporte, composto pelo seguinte itinerário:

- i. acesso às webaulas e materiais didáticos vinculados;
- ii. estudos à distância e cumprimento das atividades de percurso;
- iii. realização de avaliações presenciais.

Nesta concepção, é considerada a autonomia discente na gestão do tempo dedicado aos estudos e realização de atividades, sendo observado apenas a necessidade de cumprimento dos prazos estabelecidos para tais ações. Além disso, deverá ser incentivada a autonomia do acadêmico na realização das atividades cotidianas referentes aos conteúdos abordados, na proposição de atividades de extensão e na definição de atividades de pesquisa referentes aos Trabalhos de Conclusão de Curso.

A relação entre teoria e prática será analisada e resguardada por componente curricular, quando aplicável, devendo a prática ser intercalada a teoria e cumprida a partir de atividades propostas pelos professores formadores das disciplinas, podendo ser utilizados simuladores eletrônicos online, jogos online, recursos de interação, realização de atividades presenciais *in loco* e outras estratégias possíveis de proposição.

Tal concepção visa a capacitação profissional de forma diversificada, interativa e flexível para as necessidades atuais do mercado, proporcionando aos futuros gestores públicos contribuir para a gestão e o fortalecimento das organizações públicas brasileiras. Também visa proporcionar uma sólida formação com o propósito de formar um profissional generalista que valorize a interdisciplinaridade, que tenha autonomia no pensar e decidir e que seja capaz de atender as necessidades regionais e nacionais no âmbito de suas competências profissionais.

3.1.1 Estratégias de ensino previstas no curso

A principal estratégia de ensino a ser operacionalizada como metodologia de execução do curso consiste na oferta de 02 (duas) disciplinas por vez, em pares, e com a perspectiva da realização de atividades interdisciplinares envolvendo os componentes, inclusive quanto a execução de carga-horária prática e de extensão, quando houver.

Dentre outras possíveis estratégias a serem executadas visando o melhor aproveitamento do processo de ensino-aprendizagem, pode-se citar:

I. Ambiente Virtual de Aprendizagem: espaço destinado ao aluno para acesso aos materiais didáticos dos componentes, realização de atividades, interação com colegas e professores. Deverá contar com um roteiro de navegação (algumas direções do que está disponível na plataforma), para que o aluno possa, não só conhecer, mas explorar as ferramentas e recursos disponíveis para dar apoio à sua jornada em busca do conhecimento.

II. Plano de estudos: cada componente curricular deverá disponibilizar uma agenda com as atividades para os alunos, ajudando na organização deles e facilitando o ciclo de aprendizagem;

III. Material didático: sejam e-books, vídeos online, apostilas, ou quaisquer outros materiais para apoiar o ensino. Deverão ser disponibilizados antecipadamente para permitir a exploração do material para tirar dúvidas posteriores;

IV. Webaula: aula de curta duração, gravada, disponibilizada via internet, a qual o aluno poderá assistir no seu tempo e a partir de seu próprio computador. A gravação de webaulas compõe o material didático e será obrigatória para todos os componentes;

V. Estudos à Distância e Atividades de Percurso (AP): os estudos à distância estarão apoiados em atividades complementares - as atividades de percurso, e no aprofundamento em materiais de apoio. As APs são atividades avaliativas desenvolvidas ao longo da disciplina e realizadas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem, podendo serem feitas em grupo e/ou individual;

VI. Avaliações presenciais: serão obrigatórias para a conclusão das disciplinas e do curso e compreende avaliação presencial em cada disciplina da grade do curso. As avaliações presenciais seguirão dias e horários especificados em calendário acadêmico;

VII. Excursões e visita técnica: visita orientada de alunos e professor tutor a ambientes de produção ou serviços relacionados ao curso, com vistas à vivência prévia das condições de trabalho, e que pode ser computada como aula, quando envolve toda a turma à qual a aula se aplica.

3.1.2 Transversalidade no currículo

O estudo de temas transversais converge para a formação do egresso como sujeito pleno, com formação humanística e de cultura geral integrada à formação profissional, com princípios éticos, capaz de interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com culturas, modos de ser e pontos de vista divergentes. Entre esses temas são constituídos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e compreendem seis áreas: Ética, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo.

No CST em Gestão Pública - EaD, os temas transversais compõem as ementas de diferentes componentes curriculares, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 - Transversalidade no currículo

Componente curricular	Temas transversais
Ética e Cidadania	Relações de gênero (orientação sexual); Ética;
Direito Ambiental e Responsabilidade Socioambiental	Meio ambiente; Trabalho e consumo; Ética; Políticas de educação ambiental;
Multiculturalismo e Direitos Humanos	Pluralidade cultural; Relações Étnicorraciais; Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Indígena;
Atividade Física e Qualidade de Vida do Trabalhador Público	Saúde; Trabalho e consumo;
Inclusão Social e Digital	Ética; Pluralidade cultural;

Fonte: IFRO, 2020.

Além disso, estes temas serão oportunizados aos discentes pela participação em Atividades Acadêmicas Complementares, que englobam seminários, cursos, minicursos, debates, palestra, projetos de pesquisa e extensão e em outros eventos que poderão ser aproveitados para integrar atividades acadêmicas complementares a serem integralizadas ao longo do curso.

3.1.3 Estratégias de acompanhamento pedagógico

As estratégias de acompanhamento pedagógico representam instrumentos para a efetiva consolidação da proposta curricular, visando garantir o perfil e competências a serem desenvolvidas nos discentes e está pautada no diálogo. Elas deverão ocorrer desde o início, e não poderão se restringir a um simples diagnóstico sem que haja a aplicação imediata de instrumentos de nivelamento quando for detectado qualquer desnível de um discente em relação ao curso. Quando não forem aplicados instrumentos de diagnóstico, todos os professores, tutores, coordenação de curso e equipe pedagógica multidisciplinar deverão ser capazes de detectar e de encaminhar os alunos a um atendimento especializado, quando esses apresentarem dificuldades que mereçam atenção individualizada. O acompanhamento pedagógico se dará por meio de ações como:

1. Acompanhar e avaliar continuamente os processos de ensino e de aprendizagem no âmbito do curso, com levantamento de indicadores, com a finalidade de realizar as ações de intervenção pedagógica para cada caso diagnosticado;
2. Fazer as instruções necessárias aos alunos, professores, tutores e equipe de apoio pedagógico;
3. Solicitar, instruir e avaliar os planos de ensino dos professores antes de cada período letivo, por disciplina, de acordo com os regulamentos específicos do nível de ensino, bem como manter orientações necessárias à correta aplicação dos instrumentos;
4. Promover as reuniões de Colegiado de Curso e demais representantes do ensino, bem como fazer os planejamentos necessários, fazer levantamentos, manter estatísticas atualizadas e ter sob controle dados acadêmicos e curriculares, visando subsidiar estudos e interpretações, com finalidades pedagógicas, profissionais e econômico-administrativas;
5. Promover reuniões periódicas com docentes e pessoal de apoio, para a discussão das rotinas e resultados acadêmicos, e, se necessário, promover momentos de orientação no planejamento do professor, para atender as necessidades dos alunos no curso;
6. Convocar e viabilizar a realização de reuniões ordinárias e extraordinárias, para tratar das problemáticas de ensino e aprendizagem;
7. Avaliar formativamente os processos de ensino e aprendizagem, bem como divulgar e discutir os resultados da avaliação;
8. Acompanhar continuamente os processos educacionais e promover as interferências necessárias para a garantia da qualidade na formação;
9. Acompanhar o processo de avaliação da aprendizagem dos alunos e a prática de sala de aula e, se necessário, fornecer subsídios que permitam aos professores a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, e promover reuniões para refletir e analisar os resultados da aprendizagem.

3.1.4 Estratégias de flexibilização curricular

A matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – EaD foi constituída de forma a priorizar a integração entre ciência e tecnologia, cultura e formação profissional, pois dessa forma os conteúdos poderão articular-se e ser desenvolvidos por meio de projetos integradores. O curso tem por fim formar cidadãos plenos e comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico, competentes para atuarem em instituições públicas, nas atividades de planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas.

A proposta do curso preza pela flexibilidade curricular ao elaborar uma matriz curricular inteiramente sem pré-requisitos. Da mesma forma, é apresentado um leque diversificado e qualificado de opções de componentes curriculares optativos que privilegiam tornar sua formação básica mais ampla.

Além disso, a inserção na matriz do componente curricular Projeto Integrador visa oportunizar flexibilidade para a realização de atividade de extensão flexibilizada aos interesses individuais ou coletivos dos próprios alunos. Outros componentes, como Tendências Contemporâneas em Gestão Pública e as Atividades Acadêmicas Complementares caminham no mesmo sentido.

3.1.5 Estratégias de desenvolvimento de atividades não presenciais

As atividades não presenciais serão desenvolvidas utilizando-se de Ambientes Virtual de Aprendizagem, com recursos de multimídias e garantia de efetiva interação, interatividade e acompanhamento pedagógico contínuo. Serão utilizadas técnicas que se embasam no diálogo, nas dinâmicas pedagógicas, na formação teórica e no exercício de atividades práticas simuladas online, jogos de aprendizagem, entre outros, reconhecendo a natureza e a complexidade do conhecimento a ser aprendido, bem como as necessidades e o contexto do estudante.

Poderão ser adotadas práticas interdisciplinares entre duas disciplinas que ocorram ao mesmo tempo, visando a compreensão ampliada dos conteúdos abordados, podendo apoiar-se em tecnologias de informação e comunicação, tais como jogos, vídeos, chat, fóruns, redes sociais, hipertextos, entre outros.

Qualquer que seja a estratégia adotada, deverá constar no plano de ensino da disciplina, com acompanhamento pedagógico e de tutoria para sua efetividade na formação acadêmica.

3.1.5.1 Atividades de tutoria

O tutor deve compreender a função de ser “facilitador” e mediador da aprendizagem, motivador, orientador e avaliador. A consideração pressupõe a necessidade de tutores com conhecimentos gerais profundos para o desempenho da função. Deve acompanhar, orientar e estimular a aprendizagem autônoma do aluno, utilizando-se de metodologias e meios adequados para facilitar a aprendizagem. Através de diálogos, de confrontos, da discussão entre diferentes pontos de vista, das diversificações culturais e/ou regionais e do respeito entre formas próprias de se ver e de se postar frente aos conhecimentos, o tutor assume função estratégica (VASCONCELOS, 2009).

A partir deste entendimento, as atividades de tutoria serão exercidas por profissionais com formação nas áreas específicas da gestão (Administração, Ciências Contábeis, Gestão Pública, Gestão Comercial, etc.), visando atender a estrutura curricular com o devido domínio de conteúdo em relação ao que está sendo tratado. Os tutores exercerão a mediação pedagógica junto aos discentes por meio dos canais de atendimento disponíveis na plataforma do Ambiente Virtual de Aprendizagem e nos canais institucionais disponibilizados (e-mail, WhatsApp, chat, etc.), acompanhando o processo formativo dos discentes e realizando atendimento presencial, quando for o caso, por agendamento. Todos os tutores passarão por capacitação para domínio dos recursos de tecnologia de informação e comunicação utilizados, bem como sobre os fluxos de procedimentos no atendimento aos alunos.

Entre as atividades a serem desenvolvidas pelos tutores do curso, tem-se:

- No primeiro encontro com o aluno, expressar uma atitude de excelente receptividade para assegurar um clima motivacional de entendimento pleno;
- Em seguida, informar o estudante sobre a estrutura e o funcionamento do Curso, dos meios didáticos utilizados e sistema de avaliação. Comentar, ainda, o sentido e o papel da tutoria no processo de ensino e aprendizagem em EaD;
- Apresentar o Ambiente Virtual de Aprendizagem e suas ferramentas;
- Analisar, com o estudante, o papel dos professores formadores, dos professores tutores e de suas ações em diferentes atividades para garantir um processo de aprendizagem individual consistente;
- Orientar o aluno em seus estudos de acordo com as disciplinas de sua responsabilidade, que em geral participa das atividades de avaliação;
- Acompanhamento das atividades de práticas pedagógicas das disciplinas, com aplicação de avaliações e registros de notas;
- Assessoramento das atividades de estágio e trabalho de conclusão do curso, sempre que houver.

3.1.6 Curricularização da extensão

Em atenção as normativas vigentes sobre curricularização da extensão no ensino superior, o CST em Gestão Pública - EaD trabalhará sua carga-horária destinada à extensão de forma gradativa, ao longo dos 4 semestres do curso, tendo sido destinadas cargas-horárias às disciplinas para que juntas possam desenvolver, ao longo de cada bloco de componentes,

projetos integrados de ações de extensão junto às comunidades. Para constar, este projeto orienta que as ações sejam integradas e interdisciplinares, à medida do possível e considerando a temática de cada projeto.

A carga-horária total de extensão curricular é de 160 horas, correspondendo a 10% da carga-horária curricular do curso. O aumento gradual a cada semestre segue uma lógica de aumento gradual de transferência ou de troca em relação ao avanço de conteúdos na formação do acadêmico. A coordenação das atividades de curricularização da extensão ficarão a cargo da Coordenação do Curso, que deverá se articular com os professores formadores das disciplinas onde existe a designação de carga-horária de extensão a cada semestre, para proposição e acompanhamento das atividades.

Em face do exposto, acredita-se que a extensão curricularizada ao longo do curso servirá, em primeiro lugar, como vitrine de apresentação dos problemas da comunidade ao acadêmico e, em segundo, como veículo de apresentação do potencial empreendedor do aluno para a dissolução de problemas da comunidade.

3.1.7 Outras atividades previstas para o curso

Com o objetivo de implementar o ensino, a pesquisa e a extensão, o IFRO promove eventos que tratam de temas relacionados a esses pilares institucionais para o aprimoramento ainda maior da atuação do Instituto.

São promovidos eventos Culturais, Sociais, Artísticos, Científicos, Tecnológicos e Esportivos. Estes compreende ações com a participação da comunidade externa e interna. São estimulados ainda a realizar atividade como: Visitas Técnicas; Visitas Gerenciais; Relações Interinstitucionais; etc.

O principal evento de divulgação científica e integração entre servidores e alunos do IFRO é o Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONPEX) do IFRO, em que são ofertadas palestras, minicursos, oficinas, apresentação de trabalhos na forma oral e em painéis, entre outras atividades.

3.2 ESTRUTURA CURRICULAR

A constituição do currículo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na Modalidade de Educação à Distância pauta-se na resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Organização e o Funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia. Atende ao Resolução nº 1, de 11 de março de 2016 que Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996; e ao Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que considera a Educação a Distância como a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

3.2.1 Matriz Curricular

A matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – EaD está organizada em disciplinas que se distribuem em 4 (quatro) semestres. São previstas, além das disciplinas, atividades acadêmicas complementares e carga-horária para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso, com carga-horária inclusa no total de horas.

Os componentes curriculares foram organizados em cinco dimensões, conforme o Quadro 2, a saber: 1) componentes de formação básica; 2) componentes de formação complementar; 3) componentes de formação tecnológica; 4) componentes de formação humanística e 5) componente de formação suplementar.

Quadro 2 - Dimensões dos componentes curriculares

Componentes de formação básica
Economia do Setor Público
Fundamentos das Ciências Sociais e Políticas
Introdução a Contabilidade
Metodologia da Pesquisa Científica
Teorias das Organizações
Componentes de formação complementar
Direito do Estado
Direito Tributário
Direito Ambiental e Responsabilidade Socioambiental
Inglês Aplicado à Gestão Pública
Língua Brasileira de Sinais
Tendências Contemporâneas em Gestão Pública

Componentes de formação tecnológica
Administração Financeira e Orçamentária
Contabilidade Pública
Economia Brasileira
Economia Regional
Empreendedorismo Governamental e Inovação em Gestão Pública
Estatística e Indicadores Aplicados ao Setor Público
Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional
Gestão de Projetos
Governança Pública
Licitações e Contratos Administrativos
Marketing no Serviço Público
Organização, Processos e Tomada de Decisão
Planejamento e Gestão Estratégica
Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional
Componentes de formação humanística
Atividade Física e Qualidade de Vida do Trabalhador Público
Ética e Cidadania
Inclusão Social e Digital
Multiculturalismo e Direitos Humanos
Componente de formação complementar
Atividades Acadêmicas Complementares
Projeto Integrador
Trabalho de Conclusão de Curso

Fonte: IFRO, 2020.

Apesar dessa divisão, os componentes foram organizados de forma sequencial, progressiva e dialógica. Com a intenção de promover a construção e produção do conhecimento, de modo sistematizado, partindo da reflexão, do debate e da crítica, numa perspectiva criativa e interdisciplinar e obedecendo aos princípios de flexibilidade, interdisciplinaridade, ação-reflexão-ação e contextualização. A estrutura curricular do curso, preservando a sua articulação, busca mecanismos capazes de lhe permitir um grau de flexibilidade, possibilitando ao aluno desenvolver/trabalhar vocações, interesses e potenciais específicos, criando-se condições de tempo para pesquisas bibliográficas e autoaprendizagem. O Quadro 3 detalha a matriz por semestre do curso.

Quadro 3 - Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - EaD.

MATRIZ CURRICULAR CST em Gestão Pública - EaD Campus Porto Velho Zona norte A carga-horária dos componentes se apresenta em horas-relógio, mas os módulos aulas tem duração de 50 minutos.								
Semestre	Códigos	Disciplinas	Créditos	Carga-Horária Teórica	Carga-Horária Prática	Carga-Horária de Extensão	Carga-Horária Total	Carga-Horária Total em hora-aula
1º PERÍODO	TO	Teorias das Organizações	4	80	-	-	80	96
	CO	Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional	4	60	12	8	80	96
	FCSP	Fundamentos das Ciências Sociais e Políticas	4	80	-	-	80	96
	DE	Direito do Estado	4	80	-	-	80	96
	IC	Introdução a Contabilidade	4	36	4	-	40	48
	OPTD	Organização, Processos e Tomada de Decisão	4	30	6	4	40	48
Subtotal 1			24	366	22	12	400	480

2º PERÍODO	ESP	Economia do Setor Público	4	80	-	-	80	96
	PPDR	Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional	4	60	12	8	80	96
	AFO	Administração Financeira e Orçamentária	4	80	-	-	80	96
	LCA	Licitações e Contratos Administrativos	4	60	12	8	80	96
	EC	Ética e Cidadania	4	36	-	4	40	48
	MPC	Metodologia da Pesquisa Científica	4	20	20	-	40	48
Subtotal 2			24	336	44	20	400	480
3º PERÍODO	DT	Direito Tributário	4	60	12	8	80	96
	CP	Contabilidade Pública	4	60	12	8	80	96
	GP	Gestão de Projetos	4	60	20	-	80	96
	EIAP	Estatística e Indicadores Aplicados ao Setor Público	4	60	12	8	80	96
	MSP	Marketing no Serviço Público	4	32	4	4	40	48
		Optativa I	4	32	4	4	40	48
Subtotal 3			24	304	64	32	400	480
4º PERÍODO	PI	Projeto Integrador	4	16	-	64	80	96
	EG	Empreendedorismo Governamental e Inovação em Gestão Pública	4	60	12	8	80	96
	GOP	Governança Pública	4	60	12	8	80	96
	PGE	Planejamento e Gestão Estratégica	4	60	12	8	80	96
	DAS	Direito Ambiental e Responsabilidade Socioambiental	4	32	4	4	40	48
		Optativa II	4	32	4	4	40	48
Subtotal 4			24	260	44	96	400	480
Total da Carga-Horária das Disciplinas			96	1266	174	160	1600	1920
Núcleo complementar	AAC	Atividades Acadêmicas Complementares	2	-	100	-	100	100
	TCC	Trabalho de Conclusão de Curso	2	-	100	-	100	100
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO			100	1266	374	160	1800	2120

Fonte: IFRO, 2020.

Em consonância com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais e regulamentações internas do IFRO, o presente projeto busca oportunizar a flexibilização por meio da implementação de disciplinas optativas (quadro 4) de livre escolha do aluno segundo seus interesses individuais e/ou coletivos, que visam contribuir para a formação do perfil do egresso com componentes humanísticos e complementares.

Quadro 4 - Disciplinas optativas

Códigos	Disciplinas	Créditos	Carga-Horária Teórica	Carga-Horária Prática	Carga-Horária de Extensão	Carga-Horária Total
TCGP	Tendências Contemporâneas em Gestão Pública	4	32	4	4	40
ISD	Inclusão Social e Digital	4	32	4	4	40
ATIV	Atividade Física e Qualidade de Vida do Trabalhador Público	4	32	4	4	40

EB	Economia Brasileira	4	32	4	4	40
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais	4	32	4	4	40
MDH	Multiculturalismo e Direitos Humanos	4	32	4	4	40
IAGP	Inglês Aplicado à Gestão Pública	4	32	4	4	40
ER	Economia Regional	4	32	4	4	40

Fonte: IFRO, 2020.

Fica previsto também como política de atendimento ao discente a obrigatoriedade da Coordenação de Curso em disponibilizar para cada nova turma ingressante um bloco introdutório de nivelamento em Ambientação para EaD, Língua Portuguesa Aplicada e Matemática Aplicada que deverá ficar disponível aos alunos durante todo o primeiro ano do curso, com carga-horária não inferior a 40 horas por componente. A carga-horária do bloco introdutório constitui Projeto de Ensino do tipo nivelamento e não será acrescida da carga-horária total da matriz do curso.

3.2.2 Plano das disciplinas

Os planos de disciplina (Apêndice 1) são indicadores prévios do que deve constar nos planos de ensino, a serem apresentados antes do início dos períodos letivos, pelos professores, à Diretoria de Ensino, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Regulamento da Organização Acadêmica do IFRO para os cursos de Graduação.

3.3 AVALIAÇÃO

3.3.1 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem

A avaliação do processo de aprendizagem não deverá ocupar um espaço único e específico, com o propósito de avaliar o que o estudante produziu, mas fazer parte de um processo contínuo e permanente, permitindo avanços sem ferir as normas pré-estabelecidas institucionalmente, quanto ao momento e formas de registrar os resultados obtidos pelos estudantes.

Para tanto, a avaliação será composta pelas Atividades de Percurso (40 pontos) e Avaliação Regular Presencial (60 pontos), sendo obrigatória uma avaliação presencial por componente e admitidos, no mínimo, duas Atividades de Percurso por componente. As formas de avaliação das Atividades de Percurso deverão ser utilizadas a critério do professor formador da disciplina e devem estar previstas no plano de ensino de cada componente, utilizando os recursos do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

A média por disciplina (MD) consistirá na soma de notas (SN) de todas as avaliações previstas para o período: $MD = SN$. Em todas as avaliações aplicadas, será definida uma nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sempre em números inteiros. Na aferição de médias (semestral ou final) em que resultarem números não inteiros, os valores sofrerão um arredondamento para mais (quando a partir de 50 centésimos) ou para menos (quando até 49 centésimos).

A promoção ou retenção do aluno se dará por disciplina, devendo o discente atingir pelo menos 60 pontos no componente para aprovação. Ao longo do período letivo, o aluno que apresentar dificuldades e resultados que possam impedi-lo de atingir a nota mínima estabelecida deverá ser envolvido em atividades complementares que lhe favoreçam a superar suas dificuldades. O aluno que não obtiver média regular suficiente para sua promoção terá direito a realizar exame final.

O exame final consistirá numa avaliação única, escrita, presencial, por disciplina, que contempla os conteúdos julgados pelo professor titular da disciplina como de maior importância para os cursistas no período letivo, aplicada apenas àqueles que não obtiveram média por disciplina igual ou superior a 60 pontos. Para ser considerado promovido após exame final, o aluno deverá obter média final igual ou superior a 50 pontos. A média final (MF) será calculada pela soma do resultado da multiplicação da média por disciplina (MD) por seis com o resultado da multiplicação do exame final (EF) por quatro, seguindo-se com a divisão da mesma soma por dez, conforme a seguinte fórmula: $MF = (MD \times 6 + EF \times 4)/10$.

Aos alunos que, por razões justificadas, não puderem comparecer a realização da Avaliação Regular Presencial ou do Exame Final Presencial será oportunizado a realização de Avaliação em Segunda Chamada, conforme regras vigentes no Regulamento da Organização do IFRO para os cursos de Graduação.

Da mesma forma, os alunos têm a oportunidade de solicitar Revisão de Avaliação sempre que julgarem que ocorreu falha ou erro na correção de alguma Atividade de Percurso ou Avaliação Presencial. As solicitações deverão seguir os procedimentos definidos no Regulamento da Organização do IFRO para os cursos de Graduação e serão revistas pelo professor formador da disciplina em primeira instância e pela Coordenação do Curso, em conjunto com um professor da área, em segunda instância. As Atividades de Percurso serão revistas pelos tutores a distância em primeira instância e pelo professor formador da disciplina em segunda instância.

3.3.2 Avaliação do curso

O processo de avaliação do curso é conduzido institucionalmente pela Comissão Própria de Avaliação do IFRO (CPA), que gera os dados necessários para avaliação e cabe à equipe do curso, Coordenação, Colegiado e NDE, juntamente com os estudantes, efetuarem o tratamento dos dados gerados pela CPA.

Esta avaliação deverá favorecer ao aperfeiçoamento da qualidade do serviço prestado e dos processos de ensino e aprendizagem e à consolidação de práticas pedagógicas que venham a reafirmar a identidade acadêmica e institucional, particularmente o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. Os critérios de avaliação são definidos em regulamento específico da CPA.

O processo de avaliação é uma forma de prestação de contas à sociedade das atividades desenvolvidas pela Instituição, a qual atua comprometida com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região.

O acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso resulta, principalmente, de um trabalho integrado entre o Colegiado de Curso, o Núcleo Docente Estruturante, a Comissão Própria de Avaliação e os demais segmentos do IFRO que, de posse dos resultados, desenvolvem ações de construção e reconstrução do curso e de seu Projeto Pedagógico visando a criação de uma atmosfera propícia ao desenvolvimento social do saber historicamente construído.

3.4 PRÁTICA PROFISSIONAL

3.4.1 A prática profissional integrada ao currículo

A matriz curricular do CST em Gestão Pública - EaD contempla 164 horas de carga-horária prática integrada ao currículo, a partir dos componentes curriculares que já estão definidos na matriz, de forma indissociável, podendo ser executada de forma presencial ou a distância, disciplinar ou interdisciplinar, relacionando teoria e prática, viabilizando ações que conduzam ao aperfeiçoamento profissional, técnico-científico, dos discentes.

O acompanhamento de execução da carga-horária prática é responsabilidade da Coordenação de Curso, em conjunto com as equipes de tutoria, de apoio pedagógico e multidisciplinar, podendo ser utilizados recursos do próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como gameificação, visitas técnicas, uso de laboratórios, uso de softwares online e outras estratégias a critério do professor.

Qualquer que seja o tipo de atividade prática, esta deverá estar descrita no plano de ensino do professor da disciplina, quando da sua oferta.

3.4.2 Prática Profissional Supervisionada

Além da prática profissional obrigatória, integrada ao currículo e indissociável da execução dos componentes curriculares, é facultado ao discente a realização de Prática Profissional Supervisionada, de caráter não-obrigatório, denominada Estágio Profissional Supervisionado, podendo ser executado a qualquer tempo durante o período de integralização do curso.

Ao optar pela realização do Estágio Profissional Supervisionado, o aluno deverá seguir os procedimentos administrativos vigentes para seu aproveitamento e a carga-horária realizada, quando solicitada, será acrescida a carga-horária total do curso no Histórico Escolar até o limite de 160 horas.

As atividades programadas para o estágio devem manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo estudante no decorrer do curso. O estágio supervisionado atende à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que prevê assinatura de termo de compromisso tripartite, orientação (por professor das áreas específicas do curso e profissional supervisor do local de realização do estágio), avaliação, acompanhamento e apresentação de relatórios. A própria instituição também poderá conceder vagas para estágio aos alunos deste curso, observando as normativas em vigor para o momento.

Para este curso, é permitida a equiparação como Estágio Supervisionado de atividades de extensão, extensão tecnológica, monitoria, pesquisa ou iniciação científica e tecnológica, desde que observados os regulamentos vigentes sobre os procedimentos necessários a equiparação. As atividades de extensão curricularizadas nos componentes da matriz curricular não poderão ser aproveitadas para fins desta equiparação.

3.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em conformidade com os regulamentos do IFRO, especialmente a resolução que dispõe sobre a aprovação do regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do IFRO (e suas alterações), é obrigatório ao aluno do CST em Gestão Pública - EaD a realização de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como requisito final para a obtenção do diploma.

Constituem as modalidades de Trabalho de Conclusão de Curso aceitas neste curso: o artigo científico; a criação de um produto devidamente justificado em relatório ou artigo científico; ou artigo publicado em revista durante o curso. Deverá versar sobre um tema/problema específico da área de estudos do discente, não necessariamente inédito.

As atividades de TCC devem ser iniciadas após a oferta do componente Metodologia da Pesquisa Científica e a partir do ingresso do aluno no terceiro semestre do curso. A elaboração e defesa do TCC são requisitos parciais para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão pública. As normas constam no Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação, instituído pelo IFRO.

A apresentação do TCC deverá ser feita para banca de professores, de forma presencial ou virtual, e para ser aprovado na apresentação o aluno deverá ter atingido pelo menos 60 pontos na média dos examinadores.

3.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares, por seu turno, visam possibilitar o reconhecimento, por avaliação, de habilidades e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, hipóteses em que o aluno alargará o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicas, internos ou externos ao curso. São todas aquelas atividades que se integram e contribuem na formação do aluno, sem se confundirem com práticas regulares planejadas para o desenvolvimento específico das disciplinas ou de todo o currículo dos cursos.

As Atividades Acadêmicas Complementares, possuem a finalidade de oportunizar o enriquecimento científico e cultural dos alunos, ao longo de todo o curso em que estudam, conforme o surgimento ou a criação de oportunidades de formação em tempos e/ou espaços distintos dos regulares, podendo compreender atividades no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Para o CST em Gestão Pública - EaD, poderão ser registradas como Atividades Acadêmicas Complementares as seguintes, sendo que carga horária máxima de cada um dos eixos não poderá ser superior a 40% do total de horas previstas neste projeto pedagógico do curso:

I - De ensino (até 40 horas):

- a. Disciplinas regulares oferecidas em cursos do IFRO ou por outras Instituições de Ensino Superior desde que relacionadas ao perfil profissional de formação;
- b. Desenvolvimento de atividades de Monitoria de Ensino, em disciplinas teórico/práticas;
- c. Práticas complementares ao ensino desde que relacionadas ao perfil profissional de formação.

II - De pesquisa (até 40 horas):

- a) Participação em atividades de iniciação científica;
- b) Organização de eventos de pesquisa;
- c) Apresentação de trabalhos em eventos científicos com publicação em anais;
- d) Participação em grupos de pesquisa relacionadas ao perfil de formação no IFRO ou em outras instituições;
- e) Apresentação de resumo científico em eventos técnicos-científicos, nesta ou em outras instituições;
- f) Publicação de artigos, resumos científicos em revistas indexadas;
- g) Participação em eventos científicos;

III - De extensão (até 40 horas):

- a) Participação em eventos: seminários, congressos, palestras, cursos, semanas acadêmicas, conferências, oficinas e outros;
- b) Atividades de Intercâmbio;
- c) Organização de eventos de extensão;
- d) Estágio supervisionado, remunerado ou não;
- e) Participação em cursos de extensão universitária no IFRO ou em outras instituições de ensino superior;
- f) Atuação como instrutor/monitor em cursos de extensão universitária.

IV - Participação em órgãos colegiados, entre os quais a representação estudantil em cargos eletivos do Diretório Acadêmico do Curso e Diretório Central dos Estudantes (até 40 horas);

V - Viagem de estudos organizada pelo IFRO, com autorização prévia do coordenador de curso e que não estejam contempladas nas disciplinas (até 40 horas);

Não são Atividades Acadêmicas Complementares aquelas relativas as práticas como componentes curriculares (a exemplo de visitas e excursões técnicas realizadas no âmbito das disciplinas), as programadas como Trabalhos de Conclusão de Curso e todas aquelas que compõem regularmente as disciplinas ou módulos obrigatórios para a integralização do curso.

As atividades complementares serão validadas com apresentação de certificados ou atestados, contendo número de horas e descrição das atividades desenvolvidas. Serão coordenadas pelo Coordenador do Curso que seguirá o regulamento devidamente elaborado para este fim.

3.7 INCLUSÃO E APOIO AO DISCENTE

3.7.1 A inclusão educacional

A inclusão educacional consiste na ideia de não fazer distinção das pessoas em função de suas diferenças individuais, sejam elas orgânicas, sociais ou culturais. Assim sendo, é importante evidenciar a abrangência da inclusão educacional atualmente quando se olha pela perspectiva da diversidade. A educação é direito tanto das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, bem como a outros grupos que por um tempo foram excluídos como: os indígenas, os quilombolas e outros grupos em situação de vulnerabilidade. No caso do primeiro grupo citado, a instituição, dentro de sua estrutura organizacional, tem o Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidade Educacional Específica – NAPNE, cuja atuação está embasada em regulamento específico, além do uso de tecnologia assistiva

para efetivar acessibilidade educacional ao público da educação especial. Na perspectiva de efetivar políticas públicas de inclusão na área educacional, o IFRO se baseia nos seguintes temas de cunho ambiental, social e humanístico:

a) Relações étnico-raciais, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, com fulcro na Lei nº 9.394/96, com redação dada pela Lei nº 10.639/2003 e pela Lei nº 11.645/2008, e Resolução nº 1/2004/CNE/CP, fundamentada no Parecer nº 3/2004/CNE/CP;

b) Educação em direitos humanos, com fundamento nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer nº 8/CNE/CP, de 6 de março de 2012, que originou a Resolução nº 1/CNE/CP, de 30 de maio de 2012. Amparar-se também no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, disponibilizado pelo Ministério da Educação, em 24 de fevereiro de 2018;

c) Possibilidade de discussão de temas transversais, nos termos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que tratam com especificidade desta questão, com ênfase para aqueles que tratam de minorias, diversidade, sexualidade, gênero, entre outros;

d) Formas de acesso às instituições federais, asseguradas pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

A inclusão educacional ofertada pelo IFRO atende tanto o aspecto da diversidade como da educação especial (pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades). A Resolução n. 02/CNE, de 11 de setembro de 2001, define: Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

I- dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II- dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III- altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

A Educação Inclusiva das pessoas com necessidades educacionais específicas implica necessariamente em tratar também da Educação Profissional. Um aspecto relevante que nominamos como instrumento fundamental para o exercício desse direito, a educação, e do direito ao trabalho, ou perpassando pela educação profissional, trata-se da acessibilidade. Procurando adequar-se à modernidade inclusiva e ao mundo de diversidades que se organizam em grupos de minorias excluídas, o IFRO vem desenvolvendo políticas inclusivas para atender às camadas sociais excluídas dos sistemas educacionais, com o intuito de nivelá-las aos demais membros da sociedade.

O tratamento profissional ofertado à pessoa com necessidade educacional específica deve estar de acordo com sua vocação. Este fundamento está refletido também na LBI, no art. 28, XVIII, que trata do acesso à Educação Superior e Educação Profissional Tecnológica em igualdade de oportunidades.

O IFRO tem demonstrado que pode fazer a diferença, oferecendo à sociedade uma educação isonômica para todos. Todos os seus *campi* têm procurado incluir os mais diversos sujeitos socialmente constituídos, para que façam parte do Sistema Nacional de Educação Básica, Técnica, Tecnológica e Superior, promovendo assim o “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (CF, art. 3º, IV), pautando-se, sempre, pelo zelo aos princípios constitucionais de respeito à dignidade humana, da liberdade de ir e vir e da igualdade entre todos.

3.7.2 Apoio ao discente

O apoio ao discente é prestado de diversas formas e por variados segmentos no âmbito do IFRO, de acordo com a necessidade de cada aluno. Já no ingresso, a política da instituição prevê a realização de um evento de acolhimento/ambientação, com apresentação da estrutura organizacional e possibilidades de participação ativa dos alunos no processo educacional.

O IFRO conta também com uma política de permanência e êxito por meio de ações, tais como:

- a) Oferta de auxílio financeiro pelos Programas de Assistência Estudantil;
- b) Fomento de auxílio financeiro para programas e ações de ensino, pesquisa e extensão;
- c) Acompanhamento acadêmico, compreendendo ações de caráter pedagógicos, psicológicos e sociais;
- d) Atendimento biopsicossocial e atenção à saúde; e) Apoio a participação em eventos relacionados a formação dos estudantes;
- f) Fomento as ações de cultura, esporte, lazer e inclusão digital;
- g) Participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação;
- h) Infraestrutura e acessibilidade.

Talvez uma das principais ações de permanência, os programas de assistência estudantil podem ser de atendimento universal, que engloba todos os estudantes matriculados nos cursos técnicos de nível médio, graduação, nas modalidades presencial e a distância, ou de atendimento a estudantes socioeconomicamente vulneráveis. Esses programas são

desenvolvidos por meio das seguintes ações: atenção à saúde e apoio biopsicossocial, acompanhamento e suporte ao ensino, desenvolvimento técnico-científico, pró-cidadania, monitoria, apoio às pessoas com necessidades educativas específicas, educação para diversidade e incentivo a atividades esportivas e lazer.

Os alunos com alguma necessidade que dificulte a sua permanência no curso poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). As principais atividades do NAPNE incluem: possibilitar a oferta de materiais didático-pedagógicos visando promover a acessibilidade metodológica às pessoas com necessidades específicas; desenvolver ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas; criar e aplicar estratégias para a garantia da educação inclusiva; e articular-se com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão.

Além disso, a equipe multiprofissional da Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) é uma das principais executoras do apoio ao discente, sendo composta por profissionais da psicologia, pedagogia, enfermagem e assistência social, responsáveis pela elaboração, coordenação e execução de planos, programas e projetos de assistência estudantil, assessoramento pedagógico e promoção social, visando o desenvolvimento físico, psíquico e social dos discentes.

Ações de nivelamento também serão realizadas sempre que identificada a necessidade, mas regularmente por meio da oferta automática de um bloco introdutório de nivelamento em Língua Portuguesa Aplicada, Matemática Aplicada e Ambientação para a EaD para cada turma ingressante.

Como apoio, os alunos do IFRO contam ainda com políticas institucionais específicas para monitoria e para mobilidade acadêmica que oportunizam a participação em projetos e atividades diversas, agregando a sua formação e sem prejuízo para o andamento das atividades regulares.

Para os alunos que precisem ser ouvidos nas suas dúvidas, reclamações e sugestões, há ainda a Ouvidoria, que tem atendimento presencial e pelos sistemas de comunicação eletrônica. A Ouvidoria é segmento importante no atendimento e apoio ao discente e está regulamentada em documento próprio.

3.8 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

3.8.1 Multimeios didáticos

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, nas instalações administrativas, biblioteca, laboratórios de informática, laboratórios específicos, salas de professores, salas de coordenação em cada unidade de ensino.

Disponibiliza de laboratórios de informática equipados com computadores, todas ligadas à internet. Além disso, incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Em todas as dependências comuns da IES é disponibilizado serviço de wireless aos estudantes. A IES incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo ensino-aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos.

As tecnologias de informação e comunicação implantadas no processo de ensino-aprendizagem e previstas no Projeto Pedagógico do Curso incluem, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais. É estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas, como o Portal de Periódicos CAPES, para acessos às revistas eletrônicas.

3.8.2 Recursos de informática

A utilização dos recursos de informática se dá ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem, de acordo com a necessidade de cada ação envolvida, conforme abaixo:

a) Execução do Projeto Pedagógico do Curso: Sistema de Gestão Acadêmica – SGA; SUAPE; SEI; Sistema Integrado de Planejamento; E-mail institucional; Site do IIFRO/Página do *Campus*/Página do Curso; Pacotes de Aplicativos (processador de texto, planilhas eletrônicas, etc);

b) Acessibilidade digital e comunicacional: AVA/MOODLE; E-mail institucional; SGA - Portal do Aluno; Aplicativo IFRO Mobile; Site do IIFRO/Página do *Campus*/Página do Curso; Sistema de Bibliotecas – GNUTECA;

c) Interatividade entre docentes, discentes e tutores: AVA/MOODLE; E-mail institucional; SGA - Portal do Aluno; SGA - Portal do professor;

d) Acesso a materiais: AVA/MOODLE; Bases de Dados CAPES; Repositório Institucional (em construção); links externos.

3.8.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é um meio onde são viabilizadas atividades de ensino-aprendizagem, com acesso aos materiais didático-pedagógicos, as ferramentas assíncronas e síncronas, às mídias educacionais, além das ferramentas de comunicação, que propiciam as inter-relações sociais. Almeida (2012, p. 331) afirma que:

Ambientes digitais de aprendizagem são sistemas computacionais disponíveis na internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Permitem integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções, tendo em vista atingir determinados objetivos.

Assim, o objetivo desse ambiente é oferecer recursos para consultar materiais didáticos e textos complementares, realizar atividades didáticas e outras ações relacionadas ao curso, trata-se de uma ferramenta acessada por meio de senha individual, que funcionará como ambiente de aprendizagem. Será o principal meio de acesso entre professor mediador e alunos, onde serão postados os conteúdos das aulas, atividades, fóruns, chats entre tantas outras ferramentas que essa plataforma fornece.

O AVA do *Campus* Porto Velho Zona Norte é planejado para atender às demandas da EaD; para isso, apresenta a estudantes e professores um ambiente fácil e leve quanto ao acesso, à navegação e à visualização, e disponibiliza, ainda, os serviços de informações acadêmicas, notas, calendários, informações pedagógicas, cronogramas, arquivos disponíveis, slides das teleaulas, materiais complementares, contatos, dentre outras estratégias de ensino. Apesar disso, o ambiente será objeto de avaliação ao final de cada bloco de disciplinas, afim de avaliar sua efetividade para o processo de ensino-aprendizagem e o resultado das avaliações será considerado para atualização e organização do ambiente.

3.9 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

A Política de Acompanhamento de Egressos é constituída de ações, projetos e atividades, articuladas entre o ensino, pesquisa e extensão, que visam ao cadastramento, ao acompanhamento, à formação continuada, à inclusão e inserção no processo produtivo, ao encaminhamento para o mundo do trabalho e à manutenção do vínculo institucional com os antigos estudantes.

Será obedecida a Resolução nº 45/CONSUP/IFRO, de 11 de setembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos, finalidades, organização e o funcionamento da Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, definindo que:

Art. 13º O acompanhamento dos egressos será realizado com cada turma, após o primeiro semestre de conclusão do curso, estendendo-se, pelo menos, até o quinto ano após a sua conclusão.

Art. 14º As informações que darão subsídio ao acompanhamento dos egressos serão coletadas por meio de questionário eletrônico, disponibilizado no Portal do Egresso.

Art. 15º Os questionários eletrônicos ficarão disponíveis permanentemente no portal do IFRO, sendo responsabilidade de cada campus divulgar e estimular a participação dos egressos.

Art. 16º Os Departamentos de Extensão em articulação com os demais departamentos, por meio de mensagens eletrônicas, solicitarão aos egressos o preenchimento do questionário, seis meses após a conclusão do curso e anualmente até que se completem cinco anos.

Art. 17º As informações obtidas serão disponibilizadas periodicamente no Painel de Indicadores do IFRO e atualizadas semestralmente.

Art. 18º Bianualmente as informações serão organizadas em forma de relatório, que darão origem aos indicadores para uso da Instituição na gestão administrativa e acadêmica.

3.10 INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Os documentos institucionais (PDI, Regimento do IFRO, Regulamento de Extensão, dentre outros), preveem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Especialmente o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), coloca as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão como complementares e indivisíveis que se retroalimentam no processo de ensino-aprendizagem e que estão contempladas na proposta do curso.

O PDI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia afirma que o ensino deve ser desenvolvido conforme os princípios de liberdade de pensamento, reflexão crítica, atendimento solidário, ação responsável, construção de competências, preparação para a cidadania, formação para o mundo do trabalho e a continuidade de estudos, tendo-se sempre em vista a formação global do educando associada às especificidades do curso e à valorização das peculiaridades regionais.

Como forma de democratização do acesso ao ensino público, gratuito e de excelência, o IFRO adota política de implementação das ações afirmativas aplicadas pela instituição, tanto através da Lei nº 12.711/2012 como pela reserva de vagas às pessoas com deficiência; adesão aos sistemas nacionais de seleção de estudantes; de interiorização por meio da abertura de *campus* e de novos polos de educação à distância. Todas estas ações estão contempladas neste PPC.

Para a ampliação das possibilidades de permanência e êxito no processo educativo, o desenvolvimento dos programas de assistência estudantil visa ao atendimento às demandas universais de ensino, pesquisa e extensão e às demandas oriundas da vulnerabilidade socioeconômica vivida pelos estudantes. Como parte dessa política, está a implementação de um sistema para o levantamento do perfil do estudante com a celeridade necessária para a concessão de auxílios no início do período letivo.

O IFRO fomenta e implementa atividades de pesquisa em todos os seus *campi*, com o envolvimento dos alunos, e requer que sejam desenvolvidos, de modo sistemático, além dos programas de iniciação científica, pesquisa de alto nível que atenda às necessidades locais de cada unidade. Com o intuito de efetivação de seus programas de pesquisa, o IFRO incentiva aos discentes e aos docentes interessados em práticas investigativas, concede bolsas de iniciação científica aos discentes e promove seminários online e presenciais com pesquisadores de nome nacional para incentivar a importância da investigação científica.

Além disso, o IFRO tem uma política de extensão que inclui cursos, programas e outras atividades com a participação de docentes, discentes e técnicos administrativos, desenvolvendo estratégias que possibilitam maior inserção institucional com a sociedade local e regional. Para tanto, as atividades extensionistas estão pautadas em diretrizes que permitem à instituição atender, com eficácia, as necessidades de caráter educacional, cultural e social traçadas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Os programas e projetos de extensão, desenvolvidos no âmbito das unidades de ensino representam um importante veículo de troca e interação entre a IES e a comunidade em que ela está inserida e atua como agente de transformação social. As atividades de extensão evidenciam para a sociedade o potencial acadêmico do IFRO no atendimento de necessidades educacionais, sociais e culturais da comunidade local e regional.

No âmbito do curso, além da carga-horária de extensão curricularizada, poderão ser desenvolvidas atividades de extensão como a oferta de Cursos de Formação Continuada para alunos e comunidade, programas e projetos de extensão, visitas técnicas ou gerenciais, feiras e outras ações, únicas ou com periodicidade estendida, conforme projeto, visando o estreitamento do curso com o mercado e a inserção dos alunos no ambiente profissional.

3.10.1 Integração com a rede pública e empresas

O estabelecimento de parcerias entre instituições das redes municipal, estadual e federal é entendido como ação fortalecedora da Educação Profissional e Tecnológica com vistas à ampliação do atendimento à sociedade, especialmente, àquelas demandas reconhecidamente resultantes de exclusão.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia adota como principal política de articulação o estabelecimento de parcerias com empresas e instituições públicas, sociedades de economia mista, autarquias ou qualquer setor da economia que haja capital público, sejam eles pertencentes a qualquer uma das três esferas — municipal, estadual ou federal —, para a prospecção de vagas de estágio, realização de visitas técnicas, atividades de pesquisa in loco, etc. Além disso, haverá visitas técnicas, palestras, consultorias, projetos de extensão, acompanhamento de egressos e outras atividades de articulação que possam desenvolver parcerias para a melhoria da formação do Tecnólogo em Gestão Pública e a participação dos *campi* no fomento do crescimento socioeconômico do Estado.

3.11 CERTIFICAÇÃO

3.11.1 Certificação de conclusão do curso

Após o cumprimento integral da matriz curricular que compõe o curso, e as atividades do Núcleo Complementar, integralizadas dentro do período máximo estabelecido neste PPC, será conferido ao egresso o Diploma de Tecnólogo em Gestão Pública, a ser registrado conforme o Regulamento de Certificados e Diplomas do IFRO, RESOLUÇÃO Nº 87/2016/CONSUP/IFRO e suas alterações.

Só serão concedidos os diplomas de habilitação aos alunos que concluírem todas as disciplinas e práticas previstas para o curso, incluindo-se atividades complementares e trabalhos de conclusão de curso, dentro do período de integralização previsto, conforme legislação vigente.

4 EQUIPE DOCENTE E TUTORIAL PARA O CURSO

4.1 REQUISITOS DE FORMAÇÃO

Os pré-requisitos de formação necessários para atuar no curso são aqueles estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) e regulamentações do Ministério da Educação (MEC).

No quadro a seguir, constam os requisitos mínimos por disciplina, sendo contudo necessário que o professor que atuará como docente no curso deve possuir titulação de no mínimo especialista.

Quadro 5 - Requisitos de formação por disciplina

Códigos	Disciplinas	Formação mínima requerida
TO	Teorias das Organizações	Graduação em Administração
CO	Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional	Graduação em Administração
FCSP	Fundamentos das Ciências Sociais e Políticas	Graduação em Sociologia ou Ciência Política
DE	Direito do Estado	Graduação em Direito
IC	Introdução a Contabilidade	Graduação em Contabilidade
OPTD	Organização, Processos e Tomada de Decisão	Graduação em Administração
ESP	Economia do Setor Público	Graduação em Economia
PPDR	Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional	Graduação em Administração ou Economia ou Sociologia ou Ciência Política
AFO	Administração Financeira e Orçamentária	Graduação em Administração ou Contabilidade ou Economia
LCA	Licitações e Contratos Administrativos	Graduação em Direito ou Contabilidade

EC	Ética e Cidadania	Graduação em Filosofia ou Sociologia ou Ciência Política
MPC	Metodologia da Pesquisa Científica	Graduação em qualquer área do conhecimento
DT	Direito Tributário	Graduação em Direito
CP	Contabilidade Pública	Graduação em Contabilidade
GP	Gestão de Projetos	Graduação em Administração ou Contabilidade ou Economia
EIAP	Estatística e Indicadores Aplicados ao Setor Público	Graduação em Estatística ou Matemática ou Economia
MSP	Marketing no Serviço Público	Graduação em Administração ou Marketing ou Publicidade e Propaganda
PI	Projeto Integrador	Graduação em qualquer área do conhecimento
EG	Empreendedorismo Governamental e Inovação em Gestão Pública	Graduação em Administração ou Contabilidade ou Economia ou Informática
GOP	Governança Pública	Graduação em Administração ou Contabilidade ou Economia
PGE	Planejamento e Gestão Estratégica	Graduação em Administração ou Contabilidade ou Economia
DAS	Direito Ambiental e Responsabilidade Socioambiental	Graduação em Direito ou Administração
TCGP	Tendências Contemporâneas em Gestão Pública	Graduação em Administração ou Contabilidade ou Economia
ISD	Inclusão Social e Digital	Graduação em qualquer área do conhecimento
ATIV	Atividade Física e Qualidade de Vida do Trabalhador Público	Graduação em qualquer área do conhecimento
EB	Economia Brasileira	Graduação em Economia
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais	Graduação em qualquer área do conhecimento com formação específica em LIBRAS
MDH	Multiculturalismo e Direitos Humanos	Graduação em qualquer área do conhecimento
IAGP	Inglês Aplicado à Gestão Pública	Graduação em Letras - Inglês
ER	Economia Regional	Graduação em Economia

Fonte: IFRO, 2020.

4.2 DOCENTES PARA O CURSO

A equipe de professores que ministrarão as disciplinas do curso está composta pelos docentes do quadro de servidores do *Campus* Porto Velho Zona Norte, conforme Quadro 6.

Quadro 6 - Docentes que atuarão no curso e sua formação.

Seq.	NOME	FORMAÇÃO	CH/RT	LINK LATTES
1	Aloir Pedruzzi Junior	Contabilidade	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/2134251239464716
2	Artur Virgílio Simpson Martins	Administração	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/3385394494218843
3	Denise Ton Tiussi	Economia	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/1033101348753780
4	Elisangela Lima de Carvalho Schuindt	Letras - Inglês	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/2127596471431769
5	Euliene da Silva Gonçalves	Filosofia	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/4941273797552731
6	Jonimar da Silva Souza	Matemática e Administração Pública	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/8622996107812924
7	João Batista Teixeira de Aguiar	Economia	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/8575663992123444
8	Jorge Washington de Amorim Junior	Administração	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/6655434800478039
9	Lady Day Pereira de Souza	Administração	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/5124807480964020
10	Marcos Aurelio Borchardt	Administração	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/1960604312632470

11	Marialva de Souza Silva	Direito	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/8671382699396472
12	Maray del Carmen Silva Rodrigues	Administração	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/1325114725599688
13	Rafael Nink de Carvalho	Matemática	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/7380590877571021
14	Rwrsilany Silva	Contabilidade	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/8568891286300237
15	Telma Fortes Medeiros	Pedagogia	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/2025715437729426
16	Váldeson Amaro Lima	Administração	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/2186520755838978

Fonte: IFRO, 2020.

4.2.1 Experiência profissional e titulação do quadro docente do curso

Quadro 7 - Lista dos professores que irão atuar no curso e suas titulações.

DOCENTE	TITULAÇÃO	EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA (em anos)			EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL FORA DA DOCÊNCIA (em anos)
		Educação a Distância	Educação Básica	Educação Superior	
Aloir Pedrucci Junior	Mestrado em Administração	4	4	4	10
Artur Virgílio Simpson Martins	Mestrado em Administração	4	9	5	4
Denise Ton Tiussi	Mestrado em Administração	6	6	7	3
Elisangela Lima de Carvalho Schuindt	Mestrado em Letras	7	14	7	16
Euliene da Silva Gonçalves	Mestrado em Educação	4	20	6	15
Jonimar da Silva Souza	Mestrado em Administração	8	13	10	-
João Batista Teixeira de Aguiar	Mestrado Administração Pública	8	7	18	10
Jorge Washington de Amorim Junior	Mestrado em Psicologia	3	4	4	20
Lady Day Pereira de Souza	Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	9	8	8	7
Marcos Aurelio Borchardt	Mestrado em Administração	1	3	8	10
Marialva de Souza Silva	Especialização em Direito Penal	3	3	3	3
Maray del Carmen Silva Rodrigues	Mestrado em Administração	4	5	10	22
Rafael Nink de Carvalho	Mestrado em Matemática	8	16	9	-
Rwrsilany Silva	Mestrado em Administração	3	3	3	6

Telma Fortes Medeiros	Mestrado em Geografia	5	12	9	10
Váldeson Amaro Lima	Doutorado em Administração	3	4	3	4

Fonte: IFRO, 2020.

4.2.2 Índice de qualificação dos docentes do curso

Quadro 8 - Correlação entre o quantitativo de profissionais e sua titulação e área de formação.

TITULAÇÃO	QTDE.	% DO TOTAL	NA ÁREA DO CURSO		EM OUTRAS ÁREAS	
			QTDE	% DO TOTAL	QTDE	% DO TOTAL
Doutorado	1	6,25	1	6,25	0	0
Mestrado	14	87,5	9	56,25	5	31,25
Especialização	1	6,25	0	0	1	6,25
TOTAL	16	100	10	62,5	6	37,5

Fonte: IFRO, 2020.

4.3 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A interação na educação a distância ultrapassa a relação entre professor, tutor e aluno. Existem necessidades de interação do indivíduo com o sistema, a partir de sua máquina, com os recursos necessários para a realização de atividades, com serviços de apoio ao discente e outras instâncias institucionais. Tentar fazer com que essa dinâmica seja bem sucedida faz parte do papel da instituição de ensino.

Para tanto, existe a necessidade de uma equipe de apoio multidisciplinar que, para o curso, engloba os técnicos lotados nos setores:

- Departamento de Apoio ao Ensino - abrange as Coordenações que atuam nos processos de instrução e acompanhamento do ensino e aprendizagem no âmbito dos Cursos Técnicos e de Graduação, composto por Pedagogas com função de supervisão e apoio pedagógico;
 - Coordenação de Educação a Distância - responsável pela execução das atividades do ensino a distância no *campus*, realizando, em consonância com o Departamento de Apoio ao Ensino, o planejamento, a organização e a avaliação dos processos de ensino aprendizagem e instrução das práticas relacionadas à oferta de cursos nesta modalidade;
- Departamento de Produção de EaD - responsável por organizar, planejar, orientar, desenvolver, adaptar ou produzir e revisar conteúdos multimídia - impressos, audiovisuais ou virtuais - que se apliquem como objetos de aprendizagem, composto por Analista de TI, Diagramador e Técnicos Audiovisuais;
- Coordenação de Apoio ao Educando - responsável pela elaboração, coordenação e execução de planos, programas e projetos de assistência estudantil, assessoramento pedagógico e promoção social, visando o desenvolvimento físico, psíquico e social dos discentes do *campus*, por meio de ações que favoreçam à permanência e êxito no processo de formação, composta por Psicólogo, Enfermeiro, Assistente Social e Pedagoga com função de orientação pedagógica;

Além disso, a equipe multidisciplinar comporta o corpo de tutoria, selecionado para este fim, e a Coordenação de Curso, responsáveis pelo acompanhamento das atividades por parte de professores e alunos.

4.4 POLÍTICA DE APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

O IFRO é uma instituição que oferece cursos desde a educação básica até a pós-graduação *stricto sensu*. Tem, pois, como previsão, ampliar o leque de oferta de cursos de aperfeiçoamento e especialização, de modo a aproveitar as potencialidades de sua equipe e, conseqüentemente, ampliá-las. A formação em nível de mestrado e doutorado é um requisito fundamental nas instituições com essa abrangência. No IFRO, os quadros de especialização devem ser implementados com a urgência decorrente da própria demanda social na região, que carece de formação superior para atuação nas áreas de educação, ciência e tecnologia.

A formação continuada, como política de ensino e de extensão, visa à ampliação do nível de escolaridade dos docentes e pessoal de apoio administrativo. Essa formação atenderá à Política de Capacitação de Servidores do IFRO, envolvendo tanto os cursos de elevação vertical dos níveis de escolaridade quanto aqueles que sejam complementares e específicos às necessidades apresentadas pontualmente. Além dos cursos, são previstos, na mesma política, a participação dos servidores em outros eventos formadores, como congressos, fóruns, simpósios, seminários, colóquios e diversas outras formas de encontro. A partir dos interesses demonstrados objetivamente pelos servidores, o IFRO tem investido em logística de liberação e no custeio da participação de docentes, técnicos administrativos em educação e gestores nos eventos de formações locais, nacionais e internacionais. São pelo menos dois editais anuais de fomento a capacitação, participação em eventos, afastamento em serviço para cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* e outras iniciativas.

5 GESTÃO ACADÊMICA

O *Campus* Porto Velho Zona Norte organiza-se de modo que o curso seja ministrado por meio do trabalho cooperativo, que envolve o apoio de órgãos colegiados e pessoal pedagógico-administrativo.

5.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

A Coordenação do Curso está vinculada diretamente ao Departamento de Apoio ao Ensino (DAPE) e trabalhará em articulação com os demais setores de apoio para atendimento às necessidades dos estudantes e dos professores e conforme as demandas e características do curso. É realizada por um profissional com elevado grau de formação, experiência profissional e acadêmica e disponibilidade de tempo para as atividades de avaliação, acompanhamento, instrução e apoio relacionadas ao curso. O discente pode solicitar o atendimento diretamente a Coordenação de Curso ou mesmo através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Ao final de cada ano, a Coordenação de Curso deve elaborar o Plano Anual de Trabalho – PAT do ano subsequente, com as propostas de ações que serão executadas no curso no referido ano. O PAT deve estar refletido no “Plano de Ação”, ferramenta que proporciona o acompanhamento pelas chefias superiores. Os indicadores de desempenho da coordenação são obtidos por meio da Avaliação Institucional realizada pela CPA.

O Coordenador deve responsabilizar-se pela gestão acadêmica do curso e atender a requisitos de atuação dispostos pelo MEC no Instrumento de Avaliação de Reconhecimento de Cursos, que envolvem disponibilidade adequada de tempo à coordenação, experiência de trabalho docente no nível superior, boa relação com docentes e discentes e participação nos colegiados afins. As competências do coordenador estão previstas no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação do IFRO e no Regimento Interno do *Campus*.

Para que um docente seja indicado ou se candidate a Coordenador de curso, deverá ter experiência profissional de 5 anos, sendo, no mínimo 3 anos completos na educação superior; ter titulação mínima de mestre e possibilidade de se dedicar o maior número possível de horas à coordenação, ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, considerando o número de alunos do curso conforme instrumento de avaliação do INEP/MEC, no item 2.4.

Na falta de docente que atenda ao perfil acima, poderá ser indicado ou eleito à coordenação de curso, professor com titulação não inferior a especialista.

5.2 COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública - EaD é um órgão consultivo que poderá deliberar sobre assuntos relativos a ensino e aprendizagem no âmbito do curso, nos termos dos regulamentos internos que definem sua atuação. É composto pelos seguintes membros:

I - Coordenador de curso;

II - Docentes em exercício no curso;

III - Discente regular do curso escolhido entre os seus pares para o mandato de um ano.

O Colegiado de Curso será presidido pelo respectivo Coordenador do Curso e, na sua ausência ou impedimento, a presidência será exercida pelo seu substituto legal.

Os membros Colegiado de Curso reúnem-se:

I - ordinariamente, no início do período letivo e, posteriormente, a cada dois meses, mediante convocação por escrito, por seu presidente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis;

II - extraordinariamente, mediante convocação por escrito, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) dos seus membros.

As convocações para as reuniões ordinárias e extraordinárias e outras comunicações serão encaminhadas por correspondência eletrônica aos membros, acompanhadas da pauta e dos materiais para apreciação, devendo o membro confirmar o recebimento.

A reunião do Colegiado de Curso deve iniciar com a presença da maioria simples (cinquenta por cento mais um) dos seus membros, estabelecida como quórum regimental. Nas reuniões extraordinárias, somente são discutidos e votados os assuntos que motivaram a convocação, sendo vedadas outras matérias que não aquelas explicitadas na convocação.

O colegiado realiza avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão, e possui competências de:

I - deliberar sobre a necessidade de atualização/reformulação do projeto pedagógico de curso a partir da legislação vigente e de estudos de pesquisa de demanda realizadas;

II - aprovar em primeira instância o projeto pedagógico do curso considerando as normas institucionais e a legislação nacional vigente;

III - planejar, executar e avaliar eventos e ações específicas de curso previstas no calendário acadêmico e projeto pedagógico de curso;

IV - planejar e executar ações do curso de forma interdisciplinar;

V - assessorar a coordenação do curso na organização e condução dos Trabalhos de Conclusão de Curso, prática profissional supervisionada (estágio ou atividade equiparada) e atividades acadêmico-científico-culturais;

VI - estudar a possibilidade de oferta de disciplina ou turma especial e encaminhar à Direção de Ensino;

VII - planejar e implementar ações com vistas à ampliação das possibilidades de permanência e êxito no processo educativo;

VIII - propor projetos de incentivo à capacitação dos docentes do curso;

IX - propor investimentos na infraestrutura do curso, como laboratórios, salas, etc.

X - propor projetos de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso;

XI - deliberar acerca de qualquer atividade relacionada ao atendimento dos discentes;

XII - manifestar-se sobre temas de ordem didático-pedagógica que lhe sejam submetidos por quaisquer outras instâncias;

XIII - decidir entre os pares a constituição do Núcleo Docente Estruturante para o curso, no caso dos cursos de graduação;

XIV - analisar em primeira instância os casos omissos em matéria didático-pedagógica no âmbito do curso que representa.

5.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Conforme Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

O Núcleo Docente Estruturante deve ser integrado por professores responsáveis pela (re)formulação das propostas pedagógicas e que estejam efetivamente encarregados da implementação e desenvolvimento do curso no que concerne às atividades de docência, orientação de pesquisa, estágio e extensão, atualização do Projeto Pedagógico, entre outras. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

I. contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV. zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é composto conforme as orientações da Resolução nº 1/2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). O funcionamento do Núcleo Docente Estruturante e demais disposições atenderá a disposição resolutiva em vigor.

5.4 ASSESSORAMENTO AO CURSO

5.4.1 Diretoria de Ensino

Vinculada à Direção-Geral, é o órgão executivo responsável pelo planejamento, avaliação, instrução e acompanhamento do processo pedagógico-administrativo e do controle acadêmico, especialmente no âmbito dos Cursos Técnicos e de Graduação, presenciais e a distância, devendo alinhar suas atividades com as diretrizes emanadas da Direção-Geral e da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN).

Esta diretoria conta com as seguintes seções de apoio:

- O Departamento de Apoio ao Ensino órgão que abrange as Coordenações que atuam nos processos de instrução e acompanhamento do ensino e aprendizagem no âmbito dos Cursos Técnicos e de Graduação;
- A Coordenação de Assistência ao Educando, vinculada à Diretoria de Ensino, é o setor responsável pela elaboração, coordenação e execução de planos, programas e projetos de assistência estudantil, assessoramento pedagógico e promoção social, visando o desenvolvimento físico, psíquico e social dos discentes do *campus*, por meio de ações que favoreçam à permanência e êxito no processo de formação;
- A Coordenação de Registros Acadêmicos é o setor que faz o recebimento, conferência, guarda, elaboração e expedição de documentos relativos à vida acadêmica do aluno no *Campus*, incluindo a expedição diplomas, históricos, declarações, dentre outros;
- A Coordenação de Biblioteca, é o setor com a finalidade de prestar atendimento aos públicos interno e externo ao *campus*, especialmente pela disponibilização de acervos bibliográficos, documentais e iconográficos em seus suportes físico, digital e virtual.

5.4.1.1 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE

O NAPNE é um setor de assessoramento para o atendimento educacional de estudantes que apresentem necessidades educacionais específicas. O Núcleo tem por objetivo a promoção de ações educacionais, a partir do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que visem à superação das barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e de informação, tecnológicas, sistêmicas e educacionais.

O NAPNE tem por finalidade colaborar com os processos de acesso, procedimentos para a permanência e possibilidade de saída com sucesso em cursos de educação profissional e tecnológica dos estudantes com necessidades educacionais específicas. A equipe nomeada para núcleo colabora com o corpo docente e Coordenação de Curso quanto à:

- atendimento especializado/específico;
- adaptação curricular e metodológica (parte teórica e parte prática);
- avaliação diferenciada conforme a necessidade específica apresentada;
- tecnologias assistivas;
- apoio/acompanhamento pedagógico;
- produção de material didático.
- possibilidade de ampliação do prazo máximo de integralização do curso (após análise do conselho);
- terminalidade específica (ver resolução 2/2013/CNE/CEB).

5.4.2 Departamento de Extensão

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância destes e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *campus*; participa das atividades de divulgação e da aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos.

Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e cada membro da comunidade interna e externa no desenvolvimento de projetos que favoreçam o fomento do ensino e da aprendizagem; utiliza, como estratégias, a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o marketing.

Ligado ao Departamento de Extensão está a Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade (CIEEC) e Coordenação de Formação Inicial e Continuada. A Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade, que cumpre as atividades de rotina relativas ao estágio, como: levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho e estabelecimento de relação quantitativa e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores; desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego; acompanha egressos por meio de projetos de integração permanente; constrói bancos de dados de formandos e egressos; faz as diligências para excursões e visitas técnicas, entre outras funções. A Coordenação de Formação Inicial e Continuada articula a elaboração, acompanha a execução e avalia os projetos de formação inicial e continuada em âmbito interno e externo, entre outras atividades inerentes ao Departamento de Extensão.

5.4.3 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Atende às necessidades da instituição também de forma articulada, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos. Atualmente possui duas coordenações subordinadas a esse departamento: Coordenação de Pesquisa e Inovação e Coordenação de Pós-Graduação.

A Coordenação de Pesquisa e Inovação trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), PIBIC Júnior e outros, além de projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, no âmbito interno ou não, envolvendo alunos, professores e a comunidade externa.

A Coordenação de Pós-Graduação trabalha com o desenvolvimento institucional de programas de pós-graduação, visando articular as áreas de atuação do *campus* com a proposição de cursos de pós-graduação voltados aos segmentos que possibilitem o desenvolvimento de novas competências, tanto institucionais quanto pessoais para alunos e servidores da instituição.

5.4.4 Equipe Técnico-Pedagógica

A Equipe Técnico-Pedagógica é responsável pela coordenação das ações didático-pedagógicas que acontecem na instituição escolar. É um trabalho de liderança que ajuda a instituição a desempenhar melhor o seu processo de ensino-aprendizagem, em função de uma educação de qualidade oferecida aos alunos.

Equipe Técnico-Pedagógica atende alunos, orientando-os para um melhor aproveitamento das atividades escolares, além de serem responsáveis pela coordenação, implantação e implementação da proposta pedagógica do estabelecimento. É responsável pela coordenação das ações didático-pedagógicas que acontecem na instituição, funcionando como um elo que une as partes envolvidas no ensino e aprendizagem dos alunos, estabelecendo uma ponte entre direção, professores, alunos e pais, formando uma rede interligada por interesses comuns. Essa equipe é composta pela Diretoria de Ensino, orientador educacional, pedagogo, técnico em assuntos educacionais, Corpo Docente e Responsável pela Biblioteca.

6 INFRAESTRUTURA

6.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia está em processo de expansão de sua infraestrutura, com garantia dos ambientes e recursos para a realização do curso. Os setores de atendimento possuem equipamentos e mobiliários adequados, além de pessoal de apoio para a manutenção e organização dos espaços e instrumentos de trabalho.

O *Campus* Porto Velho Zona Norte está localizado na Avenida Governador Jorge Teixeira, 3146 Setor Industrial, Porto Velho – RO. Possui área de implantação de aproximadamente quinze mil metros quadrados e uma área total construída com cerca de sete mil metros quadrados. Tendo ciência do tripé que sustenta o ensino na Rede Técnica e Tecnológica Federal, o *campus* desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, prioritariamente em ações de Educação a Distância, em razão da característica de sua criação, que é atuar na promoção e produção de cursos EaD. Assim, realizou maiores investimentos na estrutura de laboratórios e estúdios para a transmissão de aulas na modalidade EaD.

O *campus* possui diversas edificações, localizadas ao longo de sua área de implantação, sendo caracterizadas conforme lista abaixo:

- 13 salas de aula: todas equipadas com 1 projetor multimídia, 40 carteiras individuais, com acabamento em plástico e braço de apoio com acabamento em fórmica, um quadro de vidro, ar-condicionado Split, cortinas tipo persianas, 1 mesa individual, 1 cadeira estofada e 1 televisor. Esses locais atendem às necessidades institucionais e do curso, apresentando manutenção periódica, conforto, disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem.

- 1 bloco para atividades em EaD: composto por 2 estúdios de gravação e produção de vídeos e sala de apoio técnico;

- 1 sala de coordenação de tutoria: composta por estações de trabalho com equipamentos de informática e acesso a internet e demais materiais de apoio necessário ao exercício das atividades;

- sala de professores, com estações de trabalho individuais, espaço para atendimento aos alunos e armários para guarda de materiais;

- 1 biblioteca, com acervo físico e virtual de títulos relacionados ao curso;

- 4 laboratórios de informática com computadores e softwares atualizados;

- 1 espaço para as estações móveis de ensino da rede E-TEC (3 contêineres).

Além dessas infraestruturas consideradas essenciais para o funcionamento da unidade, o *campus* conta ainda com outros espaços técnicos e administrativos que compõem a sua estrutura e um estacionamento descoberto para a guarda de veículos de funcionários e visitantes, com controle de acesso através de guarita.

6.2 INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

6.2.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida

O IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte, adapta-se para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos às pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida, devendo atender o estabelecido na NBR 9050/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

6.2.2 Acessibilidade para alunos com deficiência visual

Diante da matrícula de aluno(a) com deficiência visual, o *campus* providenciará os recursos e/ou equipamentos que favoreçam a acessibilidade, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem a todos os alunos, com a colaboração do NAPNE do *campus*.

6.2.3 Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva

Diante da necessidade, serão solicitados servidores ou prestadores de serviço para a tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais, bem como recursos ou equipamentos de tecnologia assistiva que favoreçam a acessibilidade aos alunos, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem, com a colaboração do NAPNE do *campus*.

6.3 INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA

6.3.1 Laboratórios

O *Campus* possui em funcionamento cinco laboratórios de informática, sendo dois de formação básica e três de formação específica, cada um com sua especialidade: redes de computadores, computação gráfica e sistemas de informação, podendo serem utilizados por docentes e alunos do curso de acordo com a necessidade.

Todos os laboratório de informática contam com computadores, *nobreaks*, *softwares* atualizados, acesso à internet e interface com diversas mídias, para oferecer suporte às aulas, aos estudos autônomos dos alunos, ao desenvolvimento de metodologias de pesquisa na internet e a outras formas de desenvolvimento de estudo que os docentes definirem como pertinentes em seus planos.

6.3.2 Plano de Atualização Tecnológica e Manutenção dos Equipamentos

A atualização tecnológica e a manutenção de equipamentos correspondem às ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Plano de ação do *campus* e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que prevê a aquisição de equipamentos. Todavia, a atualização poderá ser desenvolvida também por meio de ações complementares pelos servidores do IFRO, enquanto a manutenção ficará a cargo tanto de técnicos especializados quanto dos que manuseiam os equipamentos nos processos de formação acadêmica.

6.4 BIBLIOTECA

O *campus* oferece uma biblioteca aos alunos, em ambiente climatizado e organizado, contendo espaços com computadores com acesso à internet e acervo bibliográfico básico com livros, CDs e DVDs. Entende-se que esse acervo deve ser objeto de estudo e disponibilizado aos alunos para a fundamentação teórica de suas atividades estudantis e profissionais.

Além disso, docentes e alunos poderão contar com uma biblioteca virtual, com livros, revistas, artigos em formato digital, links, vídeos, faixas de áudio e objetos de aprendizagem, que podem ser acessados de qualquer lugar.

Os alunos têm acesso ao portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a outros bancos de periódicos públicos e privados, nacionais e internacionais.

A Biblioteca funciona com um sistema completamente informatizado, possibilitando fácil acesso aos acervos. O sistema informatizado propicia a reserva de exemplares cuja política de empréstimos prevê um prazo de 7 (sete) dias para docentes, discentes e técnico-administrativos, além de manter pelo menos 1 (um) exemplar para consultas na própria Instituição. O acervo está dividido por assuntos, facilitando, assim, a procura por títulos com conteúdos semelhantes. Possui exemplares de livros e periódicos que contemplem todas as áreas de abrangência do curso.

O funcionamento da Biblioteca está amparado internamente pela RESOLUÇÃO Nº 21/CONSUP/IFRO, DE 06 DE JUNHO DE 2015.

7 TECNOLOGIA DE EaD

7.1 PRODUÇÃO EM EAD

O *Campus* Porto Velho Zona Norte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, será o Campus responsável pela gestão, desenvolvimento e oferta das disciplinas e dos materiais necessários ao aprendizado dos acadêmicos. Será responsável também pela operacionalização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) em EaD, bem como, pela gestão da produção das diversas mídias educacionais.

O *Campus* contará com o apoio de setores de apoio pedagógico e técnico administrativo especializado, para o atendimento às demandas específicas da área de produção do material pedagógico e com disponibilização aos acadêmicos no ambiente de aprendizagem. Estes setores são:

a) Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem: Elabora, modela e gerencia ambientes virtuais de aprendizagem, desenvolvendo outras atividades inerentes à coordenação. A Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (CDVAA) é responsável pelo desenvolvimento, inovação e manutenção de tecnologias, infraestruturas e equipamentos tecnológicos, além de apoiar os cursos e servidores do IFRO nos processos da EaD.

b) Coordenação de Educação a Distância: Gerencia os polos quanto aos aspectos administrativos e pedagógicos, articulando-se com os diretores dos *Campus* e coordenadores de polos.

c) Coordenação de Geração e Produção Audiovisual: É responsável pela obtenção dos recursos materiais necessários à realização dos programas, bem como pelos locais de encenação ou gravação, pela disponibilidade dos estúdios e das locações, inclusive instalação e renovação de cenários. Além de planejar e providenciar os elementos necessários à produção. Coordena os processos de pré-produção, produção e pós-produção de conteúdos midiáticos audiovisuais.

d) Coordenação de Material e Design Instrucional: Esta coordenação possui por finalidade o planejamento, organização, formatação e desenvolvimento de metodologias de ensino, materiais didáticos e atividades pedagógicas para Educação a Distância. Coordena os processos de pré-produção, produção e pós-produção de conteúdos midiáticos impressos e/ou em formato digital.

e) Revisor Textual: Analisa, revisa e emite parecer quanto aos conteúdos de áreas específicas, assim como a estrutura semântica, morfológica, sintática e estilística.

7.2 PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

A produção de material didático será feita pelos próprios professores do IFRO e segue o fluxo definido na

Figura 4:

Figura 4 - Fluxo de produção de material



Fonte: IFRO, 2020

Além disso, a produção envolve a padronização dos elementos que comporão o ambiente virtual de cada disciplina, devendo ter pelo menos os itens abaixo:

- Carta de Navegação contendo:
 - Texto de boas vindas ao aluno;
 - Apresentação da disciplina e do curso;
 - Apresentação da ementa da disciplina;
 - Apresentação do objetivo geral da disciplina;
 - Citar os conteúdos que serão trabalhados na aula e como eles irão contribuir para a formação do aluno;
 - Citar os objetivos da aula;
- Atividades de Percurso (conteúdos da atividade e prazos)
- Chaves de respostas
- Material base e complementar:
 - Apostila, livro, vídeo-aula, etc.
 - Plano de Ensino
 - Material de apoio.

7.3 FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM

As ferramentas de interação do ambiente virtual de aprendizagem são muito importantes neste processo da construção do conhecimento. Ele conta com várias ferramentas tecnológicas que permitem a organização do curso. São ferramentas síncronas e assíncronas, sendo as síncronas aquelas que os participantes estão conectados no ambiente simultaneamente, já as ferramentas assíncronas é o oposto, isto é, os interlocutores interagem no sistema tempos diferentes. As principais ferramentas disponíveis aos cursista AVA são:

a) Questionário: Esta opção consiste em um instrumento para a composição de questões/perguntas e para a configuração de questionários. As questões são todas arquivadas por categorias em uma base de dados. A configuração dos questionários compreende, entre outras informações, a definição do período de disponibilidade, a apresentação de feedback automático, diferentes sistemas de avaliação, um sistema condicional, e a possibilidade de determinar o número de tentativas para responder um questionário. Os tipos de questões disponíveis nesta atividade são: múltipla escolha, verdadeiro ou falso, resposta breve, entre outras;

b) Chat: esta ferramenta permite que os participantes tenham uma discussão síncrona, em tempo real, através da web. Esta é uma maneira útil de se obter diferentes visões em relação ao tema a ser discutido;

c) Fórum: vai além de uma troca de ideias, seu principal objetivo é o aprofundamento de conteúdos que estarão sendo estudados por meio de: uma discussão, um debate ou uma questão levantada como pontual para a compreensão ou definição de um termo ou conceito, por exemplo;

d) Escolha: uma atividade de escolha pode ser usada: como uma pesquisa rápida para estimular reflexão sobre um tópico; para testar rapidamente a compreensão dos alunos; para facilitar a tomada de decisões do aluno, por exemplo, permitindo os alunos votarem em uma direção para o curso. Permite ao professor fazer uma pergunta e especificar opções de múltiplas respostas, tem a funcionalidade de uma enquete;

e) Diálogos: permite que os membros do fórum criem e mantenham uma lista de termos ou definições, como um dicionário. Um professor pode permitir que arquivos sejam anexados às entradas no glossário. O sistema de glossários permite a exportação de itens a partir de qualquer glossário secundário para o glossário principal do curso;

f) Tarefa: Uma tarefa consiste na descrição ou enunciado de uma atividade a ser desenvolvida pelo participante, que pode ser enviada em formato digital como, por exemplo, redações, projetos, relatórios, imagens, entre outros. Os alunos podem apresentar qualquer conteúdo digital (arquivos), como documentos de Word, planilhas, imagens ou áudio e vídeos. Permite o envio de arquivo único ou múltiplos arquivos, excelente alternativa para envios de trabalhos, resenhas, fichamentos, relatório, etc;

g) Wiki: A atividade wiki permite a composição colaborativa ou individual de documentos com o uso de navegadores da Web (IE, Chrome, Firefox, entre outros). Nesta atividade, o documento a ser criado/desenvolvido ficará disponível a todos os usuários que possuem acesso à Wiki, ou seja, todos possuem livre acesso para acrescentar ou reformular o conteúdo no documento. Esta ferramenta permite que os participantes trabalhem juntos, adicionando novas páginas web (links de endereços de internet e de arquivos associados), completando e/ou alterando o conteúdo das páginas publicadas;

h) Pasta: Este recurso possibilita que um conjunto de arquivos seja disponibilizado diretamente na área AVA para consulta (leitura ou download dos arquivos disponíveis). Não há limite para a postagem de arquivos e os mesmos podem ficar em uma listagem ou em pastas para que o conteúdo possa ser agrupado de acordo com o tema ou assunto abordado. Glossário: permite que os membros do fórum criem e mantenham uma lista de termos ou definições, como um dicionário. Um professor pode permitir que arquivos sejam anexados às entradas no glossário. O sistema de glossários permite-nos a exportação de itens a partir de qualquer glossário secundário para o glossário principal do curso;

i) Rótulo: Este recurso permite inserir textos, imagens ou tabelas, como indicativos organizadores das semanas, tópicos ou parte inicial do curso/disciplina, como um título ou subtítulo do módulo na área de trabalho. A diferença para outros recursos é que este não ficará caracterizado como ícone nem possuirá um link;

j) URL: Este recurso é muito útil para aproveitamento de materiais encontrados na internet ou mesmo para apontar um arquivo já pronto que o professor pode enviar para o ambiente AVA. Há uma série de opções de exibição para a URL, como abrir o link em uma nova janela e outras opções avançadas de informação;

Além das ferramentas próprias do Ambiente Virtual de Aprendizagem, os alunos também poderão contar com:

Multimeios - Serão disponibilizados *softwares*, vídeos educativos e periódicos que estarão disponíveis nos espaços virtuais destinados a este fim.

Refratário/Repositório de Materiais Digitais Pedagógicos – Desenvolvido pelos parceiros, em rede, este espaço aglutina materiais produzidos e disponíveis nas áreas das disciplinas do curso. Este ambiente visa instrumentar o aluno no desenvolvimento de sua formação.

Biblioteca Virtual - Livros e periódicos estarão disponíveis na biblioteca virtual do IFRO, com amplo acesso de forma remota por todos os alunos do curso.

7.4 ESTRUTURA DOS POLOS

O Curso contará com Polos de Apoio Presencial (PAPs) para atender os alunos matriculados nas cidades onde for ofertado o curso. São unidades administrativas e pedagógicas que devem oferecer uma estrutura mínima para atendimento aos acadêmicos do curso. Para tanto, se constituem em um espaço privilegiado de acolhimento, desenvolvimento de atividades curriculares, interação entre professor-aluno, aluno-aluno e demais sujeitos, bem como para contribuir em um atendimento personalizado, quando necessário ou solicitado pelo aluno.

O credenciamento e gestão de Polos no âmbito do IFRO compete a Diretoria de Educação a Distância, ligado ao Gabinete do Reitor, e no *Campus* a Coordenação de Educação a Distância.

Para ofertar o suporte necessário, o polo de apoio presencial conta com um Coordenador de Polo, que é responsável pelo acompanhamento e coordena as atividades do polo; responsável pela aplicação das atividades avaliativas presenciais de cada disciplina, na realização de atividades práticas e de oferecer suporte ao aluno na interação com os demais indivíduos do processo de ensino e aprendizagem.

O Coordenador do Polo terá contato direto com a Coordenação do Curso e a Coordenação de Educação a Distância. Todas as atividades e ações rotineiras da gestão do curso, deverão ser formuladas em um manual de procedimentos próprios a ser desenvolvidos pela Diretoria de Educação a Distância.

Destarte, como requisito de credenciamento, cada Polo de Apoio Presencial possui infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para propiciar um suporte adequado aos alunos na realização das atividades online, o acompanhamento e orientação de estudos, as práticas laboratoriais e as avaliações presenciais.

8 BASE LEGAL

Entre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que seguem, no entanto, devem ser considerados todos aqueles que, já existentes ou a serem criados e homologados, forem determinados como parâmetros para a atividade nas instituições públicas de ensino da Rede Federal:

Documentos da Legislação Nacional

a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

b) Lei 10.098/2000: estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com necessidades específicas;

c) Lei n.º 11.788/2008: dispõe sobre o estágio;

- d) Lei n.º 11.892/2008: cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- e) Lei n.º 9.394/1996: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- f) Lei n.º 12.711/2012: trata do ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências;
- g) Resolução CNE/CP n.º 3/2002: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia;
- h) Lei n.º 11.645 de 10/03/2008: Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Indígena;
- i) Resolução CNE/CP n.º 01 de 17 de junho de 2004;
- j) Parecer No 564 CNE/CES de 10/12/2015: Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.
- k) Decreto n.º 9057, de 25 de maio de 2017: Regulamenta o art. 80 da Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- l) Resolução CNE/CP n.º 1, de 30 de Maio de 2012: Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Normativas Internas

- m) Resolução n.º 87/2016/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação (ROA);
- n) Resolução n.º 79/2016/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre o Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO;
- o) Resolução n.º 11/2017/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO;
- p) Resolução n.º 48/2017/CONSUP/IFRO: Regulamento dos Núcleos de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas (NAPNEs) do IFRO;
- q) Resolução n.º 14/2015/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre o Regulamento de Mobilidade Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO;
- r) Resolução n.º 16/2015/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre o Regulamento dos Grupos de Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO;
- s) Resolução n.º 21/2015/CONSUP/IFRO: Regulamenta o funcionamento das bibliotecas no âmbito do IFRO;
- t) Resolução n.º 45/2017/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre a aprovação da Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO;
- u) Resolução n.º 26/2015/CONSUP/IFRO: Regulamenta o Programa Institucional de Pesquisa-PIP do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;
- v) Resolução n.º 29/2018/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre a aprovação do PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional 2018/2022 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO;
- x) Resolução n.º 71/2018/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre a aprovação da Política de Sustentabilidade e normatiza a elaboração dos Planos de Logística Sustentável no IFRO;
- z) Resolução n.º 61/2018/CONSUP/IFRO: Dispõe sobre o Regulamento de Elaboração e Reformulação de Projetos Pedagógicos e de Suspensão Temporária e Extinção de Cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

Outras normativas internas e legislações nacionais, embora não listadas acima, deverão ser respeitadas na oferta do curso.

9 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. Formação de Educadores a Distância na Pós-Graduação: Potencialidades para o desenvolvimento da investigação e produção de conhecimento. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1053-1072, out.-dez. 2012.

ALMEIDA, R.; ZANLORENSSI, G. Qual o principal setor na composição do PIB dos municípios brasileiros. **Nexo**. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/grafico/2018/01/10/Qual-o-principal-setor-na-composi%C3%A7%C3%A3o-do-PIB-dos-munic%C3%ADpios-brasileiros>>. Acessado em: 10 abr. 2020.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**, 2016. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192>. Acesso em: 16 out. 2019.

BRASIL. **Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm>. Acesso em: Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em: Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: Acesso em: Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm>. Acesso em: Acesso em: 15 nov. 2020.

IBGE. **Número de empresas atuantes (2006-2017).** Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/porto-velho/pesquisa/19/29765?tipo=ranking&indicador=29762&ano=2016>>. Acesso em: 24 set. 2019.

IBGE. **PIB Municípios (2006-2017).** Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

IFRO. **Resolução nº 07/2018/CONSUP/IFRO.** Regulamento de Conselho de Classe, Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2018.

IFRO. **Resolução nº 24/2019/CONSUP/IFRO.** Regulamento do Processo Seletivo dos Cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2019.

IFRO. **Resolução nº 29/2018/CONSUP/IFRO.** Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2018.

IFRO. **Resolução nº 45/2017/CONSUP/IFRO.** Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2017.

IFRO. **Resolução nº 87/2016/CONSUP/IFRO.** Regulamento da Organização Acadêmica (ROA) dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2016.

IFRO. **Resolução nº 48/2017/CONSUP/IFRO.** Regulamento dos Núcleos de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas (NAPNEs) do IFRO. Porto Velho: IFRO, 2017.

IFRO. **Resolução nº 71/2018/CONSUP/IFRO.** Dispõe sobre a aprovação da Política de Sustentabilidade e normatiza a elaboração dos Planos de Logística Sustentável no IFRO. Porto Velho: IFRO, 2018.

IFRO. **Resolução nº 61/2018/CONSUP/IFRO.** Dispõe sobre o Regulamento de Elaboração e Reformulação de Projetos Pedagógicos e de Suspensão Temporária e Extinção de Cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Porto Velho: IFRO, 2018.

10 APÊNDICE: PLANOS DE DISCIPLINAS

10.1 PRIMEIRO SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Teorias das Organizações	Código:	TO
Carga horária semestral:	80h	Semestre:	1º
Ementa			

Fundamentos básicos da Administração. Evolução histórica da Administração. Abordagem Clássica. Administração Científica. Teoria Comportamentalista. Teoria Estruturalista. Teoria do Desenvolvimento Organizacional. Teoria Contingencial. Estrutura Organizacional. Liderança. Comunicação. Escola das Relações Humanas. Teoria Neoclássica da Administração. Teoria Burocrática. Teoria da Racionalidade. Teoria comportamental. Tomada de Decisão. Abordagem Sistêmica. Teoria Contingencial. Teoria Sociotécnica. Teoria Organizacional. Diferenças entre público e privado. Teoria crítica nas organizações. Controle Organizacional.

Referências básicas

CHIAVENATO, I. Introdução a Teoria Geral da Administração. 9. ed. Barueri-SP: Manole, 2014.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Teoria Geral da Administração. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

JONES, Gareth R. Teoria das Organizações. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

RICCIO, Vicente. Administração Geral. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

Referências complementares

ARAÚJO, Luis César G. Teoria Geral da Administração: aplicação e resultados nas empresas brasileiras. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ARAÚJO, Luis César G; GARCIA, Adriana Amadeu. Teoria geral da administração: orientações para uma escolha de um caminho profissional. São Paulo: Atlas, 2010.

CHIAVENATO, I. Administração Geral e Pública: provas e concursos. 4 ed. Barueri-SP: Manole, 2016.

COSTIN, Claudia. Administração Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DENHARDT, Robert B. Teorias da Administração Pública. 6ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

JONES, Gareth R.; GEORGE, Jennifer M. Administração contemporânea. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Fundamentos da Administração: manual compacto para disciplinas de TGA e introdução à administração. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. Introdução à Administração. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

QUINELLO, Robson. A teoria Institucional aplicada à administração. São Paulo: Novatec Editora, 2007.

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional	Código:	CO
Carga horária semestral:	80h	Semestre:	1º
Ementa			
Introdução e evolução histórica da Administração de Recursos Humanos. Gestão estratégica de pessoas. Modelos de gestão de pessoas. Subsistemas da Administração de Recursos Humanos. Gestão de Pessoas no Setor Público. Tendências na Gestão de Pessoas. Introdução ao enfoque comportamental nas organizações. Comportamento individual. Comportamento do indivíduo em grupo. Interações sociais na organização e cognições decorrentes: valores, percepção, atitudes, personalidade, motivação e aprendizagem. Poder, conflito e negociação. Habilidades gerenciais e liderança. Trabalho em equipe. Cultura e clima organizacional. Tópicos sobre mudanças nas organizações. Poder, influência e autoridade nas Organizações.			

Referências básicas
<p>BARBIERI, Ugo Franco. Gestão de Pessoas nas Organizações: Práticas Atuais sobre o RH Estratégico. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de Pessoas em Organizações Públicas. 3.ed. Caxias do Sul-RS: EDUCS, 2010.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4.ed. Barueri-SP: Manole, 2014.</p> <p>JUDGE, Timothy A. ROBBINS, Stephen Paul, SOBRAL, Filipe. Comportamento Organizacional. 14.ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2011.</p> <p>PANTOJA, Maria Julia (Org). CAMÕES, Mariuza R. de Souza (Org). BERGUE, Sandro Trescastro (Org). Gestão de Pessoas: bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010.</p> <p>VECCHIO, Robert P. Comportamento Organizacional: conceitos básicos. São Paulo: Cengage Learning, 2015.</p>
Referências complementares
<p>BOHLANDER, George W. SNELL, Scott. Administração de Recursos Humanos. 14.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.</p> <p>BOWDITCH, James L. Elementos de comportamento organizacional. 9 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Administração de Recursos Humanos. 3.ed. São Paulo: Manole, 2008.</p> <p>COHEN, Allan R. FINK, Stephen L. Comportamento Organizacional, Conceitos e Estudos de Casos. Rio de Janeiro, 2003.</p> <p>DUTRA, Joel Souza. Competências: conceitos e instrumentos para a Gestão de pessoas na empresa moderna. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>FERREIRA, Victor Claudio Paradela. Gestão de Pessoas. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.</p> <p>FIEL FILHO, Alécio; KANAANE, Roberto; FERREIRA, Maria das Graças (Organizadores). Gestão Pública: Planejamento, Processos, Sistemas e Pessoas. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>IVANCEVICH, John M. Gestão de Recursos humanos. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.</p> <p>MENDONÇA, Márcia Da Costa Furtado de; NOVO, Damáris Vieira; CARVALHO, Rosangela de. Gestão e liderança. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.</p> <p>PIRES, Alexandre Kalil. Gestão por competências em organizações de governo. Brasília: ENAP, 2005.</p>

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Fundamentos das Ciências Sociais e Políticas	Código:	FCSP
Carga horária semestral:	80h	Semestre:	1º
Ementa			
Surgimento, formação e desenvolvimento do pensamento sociológico. Abordagens teórico-metodológicas, conceitos e categorias. Sociedade, estrutura, organização e mudança social. Processos sociais: status e papéis, os grupos sociais. Estratificação social: mobilidade e mudança. Estado e			

Sociedade. As instituições educacionais: família, escola, meios de comunicação e controle social. Surgimento e a evolução da Ciência Política e sua relação com as outras Ciências Sociais. Fundamentos da Ciência Política. Os conceitos fundamentais da Ciência Política: Estado, Poder, Partidos Políticos, Regimes Políticos. O debate contemporâneo e as concepções da democracia, cidadania, soberania, autocracia, totalitarismo, soberania e socialismo. Representação e cultura política no Brasil. Sujeitos e atores políticos e cidadania.

Referências básicas

- AZAMBUJA, Darcy. Introdução a Ciência Política. 1.ed. São Paulo: Globo Editora, 2008.
- BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- DIAS, Reinaldo. Ciência Política. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- MEKSENAS, Paulo. Sociologia. São Paulo: Editora Cortez, 2010.
- OLIVEIRA, Silvio Luiz. Sociologia das organizações: uma análise do homem e das empresas no ambiente competitivo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- PLATÃO. A República. 2. ed. São Paulo: EDIPRO, 2012.

Referências complementares

- ARENDT, Hannah. A condição humana. 12.ed. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 2016.
- ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado. 1.ed. São Paulo: Globo Editora, 2008.
- BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 13.ed. Brasília: UNB: 2010.
- BOBBIO Norberto. Teoria do Direito. 3.ed. São Paulo: Martins Editora, 2010.
- IANNI, Octávio (Org.). Sociologia e sociedade no Brasil. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975.
- MARX, Karl. O Capital. 3.ed. São Paulo: Edipro, 2008.
- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro (Edição de bolso). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. Estado, Governo e Administração Pública. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- WEFFORT, Francisco C. Os clássicos da política, Volume 1, Maquiavel, obbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, O Federalista – 11. Ed. São Paulo: Ática, 2006.

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Direito do Estado	Código:	DE
Carga horária semestral:	80h	Semestre:	1º
Ementa			
O poder constituinte originário e derivado. A supremacia da constituição. Direitos fundamentais (individuais e sociais) e cidadania. A aplicabilidade das normas constitucionais e a ductibilidade principiológica dos direitos fundamentais. Princípios e regras. O controle de constitucionalidade sobre as leis e os atos normativos do Poder Público. O controle de constitucionalidade difuso e concentrado.			

Os direitos difusos e coletivos na Constituição Federal. Os princípios constitucionais voltados para a Administração Pública. A organização administrativa. Administração direta, indireta e terceiro setor. O controle sobre a administração pública: legalidade e transparência; participação popular e os tribunais de contas. Discricionariedade e controle judicial sobre a Administração Pública. O papel do Ministério Público no controle da Administração Pública. Os servidores, seu regime jurídico e previdenciário. A responsabilidade do Estado. Os regimes políticos e a participação popular. A teoria da representação. Os partidos políticos. Os partidos e a escolha do governante. Os partidos e a representação da opinião pública. Os sistemas eleitorais. O voto e as distorções. A igualdade eleitoral e o acesso ao poder. O direito eleitoral no Brasil. A justiça eleitoral. Os recursos em matéria eleitoral.

Referências básicas

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 25. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2016.

NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. Editora Forense, 2012.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Administrativo Descomplicado. 20.ed. São Paulo: Método, 2012.

Referências complementares

AZAMBUJA, Darcy. Teoria geral do Estado. São Paulo: Globo, 2008.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 23. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FILOMENO, Geraldo Brito. Teoria geral do Estado e da constituição. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito constitucional descomplicado. Niterói, RJ: Impetus, 2008.

SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. 29. Ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

TEIXEIRA, Marco Antonio C. Estado, governo e administração pública. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Introdução a Contabilidade	Código:	IC
Carga horária semestral:	40h	Semestre:	1º
Ementa			
Conceitos contábeis básicos. Campos de atuação da contabilidade. Estrutura patrimonial. Dinâmica patrimonial. Processos e procedimentos contábeis. Demonstrações contábeis. Índices utilizados nos processos licitatórios.			
Referências básicas			
BORINELLI, Mário Luiz; PIMENTEL, Renê Coppe. Curso de Contabilidade para Gestores, Analistas e Outros Profissionais. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010.			

IUDICIBUS, Sergio de. MARION, José Carlos. Curso de Contabilidade para não Contadores: para as áreas de Administração, Economia, Direito e Engenharia (Livro-Texto). 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. SILVA, Moacir Lima e. Contabilidade Geral. 1. ed. São Paulo: Editora Érica, 2010.

Referências complementares

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Curso Básico de Contabilidade: Introdução à Metodologia da Contabilidade e Contabilidade Básica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ATHAR, Raimundo Aben. Introdução à contabilidade. São Paulo: Pearson, 2008.

COELHO, Claudio Ulysses F.; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; LINS, Luiz dos Santos. Fundamentos de Contabilidade. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

FIPECAFI. Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clovis Luis. Manual de Contabilidade Básica: contabilidade Introdutória e Intermediária - texto e Exercícios. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, César Augusto Tibúrcio. TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade Básica. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WARREN, Carl S; [et al]. Fundamentos de Contabilidade: princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PLANO DE DISCIPLINA CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Organização, Processos e Tomada de Decisão	Código:	OPTD
Carga horária semestral:	40h	Semestre:	1º
Ementa			
Sistemas administrativos: introdução, evolução histórica, aspectos básicos. Estrutura organizacional: estrutura formal e estrutura informal, tipos de estrutura. Princípios de estudo do arranjo físico (layout organizacional). Arranjo administrativo: introdução, ferramentas, elaboração, tipos. Gestão de Processos. Noções preliminares sobre processo decisório. Tipos, estilos e níveis de tomada de decisão. A tecnologia da informação como apoio a tomada de decisão. Sistemas de informação gerencial. Tecnologia da informação no setor público.			
Referências básicas			
<p>ARAUJO, Luís César G. de . Organização, Sistemas e Métodos e as Tecnologias de Gestão Organizacional. 5.ed. São Paulo:Atlas, 2012.</p> <p>CAMPOS, Vicente Falconi. Gerenciamento da Rotina do Trabalho do dia a dia. 8 ed. Belo Horizonte: INDG Tecnologia e Serviços LTDA, 2011.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Iniciação a Sistemas, Organização e Métodos SO&M. 1.ed. São Paulo: Manole, 2010.</p> <p>LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. Sistemas de Informações Gerenciais. 11 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, Organização e Métodos: Uma Abordagem Gerencial. 21.ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p>			

Referências complementares

ALECIAN, Serge; FOUCHER, Dominique, Guia de Gerenciamento no Setor Público. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: ENAP, 2001.

BIO, Sérgio Rodrigues. Sistemas de Informação: Um enfoque gerencial. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ARAUJO, Luis Cesar G. de Garcia, Adriana Amadeu. Teoria Geral da Administração: Orientação para escolha de um Caminho Profissional. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Qualidade Total em Serviços: Conceitos, exercícios, casos práticos. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Jayr Figueredo de. Sistemas de Informações versus Tecnologia da Informação: Um impasse empresarial 1.ed. São Paulo: Erica, 2004.

REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline Franca de. Tecnologia da Informação: Aplicada a Sistemas de informação empresariais. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TAKESHY, Tachizawa. Organizações não Governamentais e Terceiro Setor: Criação de ONGs e Estratégia de Atuação. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

10.2 SEGUNDO SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Economia do Setor Público	Código:	ESP
Carga horária semestral:	80h	Semestre:	2º
Ementa			
Conceitos fundamentais da economia. Evolução do pensamento econômico. Mensuração da atividade econômica. Introdução à teoria monetária. Sistema financeiro nacional. Noções de comércio internacional. Desenvolvimento econômico e funções do setor público.			
Referências básicas			
GREMAUD, Amaury P.; DIAZ, Maria Dolores M.; AZAVEDO, Paulo Furquim; RUDINEI, Toneto Jr. Introdução a Economia. São Paulo: Atlas, 2007.			
PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S; TONETO JR, Rudinei. Manual de economia. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.			
MOCHÓN, Francisco Morcillo. Princípios da economia. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.			
ROSSETTI, José Pascoal. Introdução à economia. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2015.			
RIANI, Flávio. Economia do Setor Público: Uma abordagem introdutória. 5.ed. Rio de Janeiro, LTC, 2014.			
Referências complementares			
CANO, Wilson. Introdução a economia: uma abordagem crítica. 3 ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.			
GALA, Paulo. Perspectivas macroeconômicas: para entender a economia hoje. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.			
LANZANA, Antônio Evaristo. Economia Brasileira: Fundamentos e Atualidade. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.			

MATESCO, Virene Roxo. [el at]. Economia aplicada: empresas e negócios. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

SOUZA, Nilson Araújo de. Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA, Nali de Jesus. Economia Básica. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VASCONCELHOS, Marco Antonio S. Economia Micro e Macro. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VASCONCELHOS, Marco Antonio S; GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de economia. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional	Código:	PPDR
Carga horária semestral:	80h	Semestre:	2º
Ementa			
<p>Introdução aos conceitos básicos e evolução histórica das políticas públicas. Modelos teóricos do processo das políticas públicas. Dimensões de análise das políticas públicas: tipos de políticas públicas, atores de políticas públicas, fases do processo de políticas públicas (formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação e avaliação). Métodos e procedimentos utilizados nos diferentes tipos de avaliação de políticas públicas. Contexto contemporâneo e as principais políticas públicas de desenvolvimento. Análise, diretrizes, estratégias e ações para o desenvolvimento regional. Desenvolvimento sustentável: características, modelos e tendências. O desenvolvimento na Região Amazônica e a formação social, cultural e espacial. Questões regionais de desenvolvimento no Estado de Rondônia.</p>			
Referências básicas			
<p>BECKER, Dinizar, F. WITTMANN, Miltom Luiz. Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2010.</p> <p>DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos. SP: Atlas, 2012.</p> <p>SILVA, Christian L. Políticas Públicas e desenvolvimento local. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.</p> <p>SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. Políticas públicas e indicadores para desenvolvimento sustentável. São Paulo: Saraiva, 2010.</p>			
Referências complementares			
<p>BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação de trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>BEHRING, Elaine Rossetti. Política social no capitalismo tardio. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.</p> <p>Brites, Jurema G.; SCHABBACH, Leticia. Políticas para família, gênero e geração. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2014.</p> <p>CALVETE, Cássio S.; GOSMANN, Máris C. Políticas de emprego, trabalho e previdência. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2014.</p> <p>HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FioCruz, 2007.</p>			

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

VILLARES, Luiz Fernando. Direito e povos indígenas. Curitiba: Juruá, 2009.

ULTRAMARI, Clovis. Desenvolvimento local e regional. Curitiba: Ibpx, 2011.

WU, Xun; RAMESH, M.; HOWLETT, M.; FRITZEN, S. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014.

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Administração Financeira e Orçamentária	Código:	AFO
Carga horária semestral:	80h	Semestre:	2º
Ementa			
Fundamentos do Estudo dos Orçamentos Públicos: princípios, conceitos fundamentais e planejamento. Leis Orçamentárias: Plano plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. O ciclo de planejamento e orçamento no Brasil. Execução Orçamentária. Prestação de contas. Transparência e controle. Normas e regras de planejamento, orçamento e finanças: Lei 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Resoluções nº 40 e 43 do Senado Federal. Tipos de Orçamento. Análise de Indicadores Contábeis. Plano de Contas.			
Referências básicas			
ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2013.			
BEZERRA FILHO, João Eudes. Orçamento Aplicado ao Setor Público: Abordagem Simples e Objetiva. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
CRUZ, Flávio (Coordenador). Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada: lei complementar 101, de 04 de maio de 2000. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2014.			
GIACOMONI, James. Orçamento Público. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
Referências complementares			
BRUNO, Reinaldo M. Lei de Responsabilidade Fiscal e Orçamento Público. 5 ed. Curitiba: Juruá, 2013.			
CARVALHO, Deusvaldo. Orçamento e Contabilidade Pública. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.			
NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Lei de Responsabilidade Comentada. 4ª ed. Brasília: Vest-Con, 2007.			
SILVA, Valmir Leôncio da. A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público: uma abordagem prática. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
SOUZA, Marcos A.; MAUSS, César V. Gestão de Custos Aplicado ao Setor Público. São Paulo: Atlas, 2008.			
ROSA, Maria Berenice. Contabilidade do Setor Público: de acordo com as Inovações das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2011.			

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			

Disciplina:	Licitações e Contratos Administrativos	Código:	LCA
Carga horária semestral:	80h	Semestre:	2º
Ementa			
Teoria da Licitação. Princípios da Licitação. Dispensa e Inexigibilidade da Licitação. Modalidades, Limites e Tipos de Licitação. Estrutura do Procedimento Licitatório. Recursos Administrativos. Sistema de Registro de Preços. Pregão Presencial e Pregão Eletrônico. Disposições Gerais do Contrato Administrativo. Objeto e características gerais dos contratos administrativos. Cláusulas gerais e exorbitantes. Prazo e Prorrogação. Execução e Subcontratação. Extinção do contrato. Teoria da Imprevisão. Contratos em espécie: contratos de obra pública, de serviço, de fornecimento, de concessão de obra pública e contrato de gestão. Convênios Administrativos.			
Referências básicas			
ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. São Paulo: Método, 2016.			
CALASANS, Manual da licitação: orientação prática para processamento de licitações, com roteiros. São Paulo: Atlas, 2009.			
OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Licitações e contratos administrativos: teoria e prática. São Paulo: Método, 2015.			
NASCIMENTO, Renato. Licitações e Contratos Administrativos: Manual de compras e contratações na administração pública/ Lei nº 8.666/93. Belo Horizonte: Fórum, 2012.			
NIEBUHR, Joel de Menezes.. Licitação pública e contrato administrativo. Belo Horizonte: Fórum, 2015.			
Referências complementares			
BITTENCOURT, Sidney. Manual de convênios administrativos: também enfocando os contratos de repasse e os termos de parceria. Belo Horizonte: Fórum, 2012.			
CARVALHO, dos Santos. Manual de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2015.			
FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Contratação direta sem licitação: Modalidades, dispensa e inexigibilidade de licitação. Brasília, DF: Brasília Jurídica, 1995.			
FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 2012.			
MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Délcio Balestero; BURLE FILHO, José Emmanuel. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2014.			
PEREIRA, Torres. Comentários a Lei das licitações e contratações da administração pública. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.			

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Ética e Cidadania	Código:	EC
Carga horária semestral:	40h	Semestre:	2º
Ementa			

Ética e moral. Objeto e objetivos da ética. Acepções de público e privado. Estudo da vida moral e da ética referidas à iniludível dimensão moral do trabalho, no contexto das relações políticas. A Ética no Mercado de Trabalho na Era da Competitividade Total. Códigos de ética no serviço público. Debates orientados sobre ética na administração pública. O comportamento ético e a atuação profissional do funcionalismo público. Transparência Pública e combate à corrupção. Política de equidade de gênero e valorização da diversidade.

Referências básicas

SÁ, Antonio Lopes. Ética Profissional. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SROUR, Robert Henry. Poder, cultura e ética nas organizações. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

SROUR, Robert Henry. Ética empresarial. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

Referências complementares

AGOSTINHO, Santo. O Livre Arbítrio. 9 reimpressão. São Paulo: Paulus, 2015.

ARRUDA, Maria Cecília C.; WHITAKER, Maria C.; RAMOS, José Maria R. Fundamentos de Ética Empresarial e Econômica. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CHAUUI, Marilena de Souza. Convite à filosofia. 14.ed. São Paulo: Ática, 2012.

FIGUEIREDO, Laurady, Ética profissional. São Paulo: Fischer e Associados, 2005.

GALLO, Sílvio (Coord.). Ética e cidadania: caminhos da filosofia. 20 ed. Campinas-SP: Papirus, 2012.

NALINI, José R. Ética geral e profissional. 12 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

TUGENDHAT, Ernst. Lições Sobre Ética. 9 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

PLANO DE DISCIPLINA CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Metodologia da Pesquisa Científica	Código:	MPC
Carga horária semestral:	40h	Semestre:	2º
Ementa			
Introdução aos conceitos básicos da metodologia. Nascimento da ciência moderna: o método científico. A ciência contemporânea: o desafio da complexidade. A investigação científica: lógica, linguagem e método. Conceito de verdade científica. O projeto de pesquisa: a pergunta condutora, a delimitação do problema, as hipóteses, os objetivos, o embasamento teórico, metodológico e empírico. A investigação científica como prática social.			
Referências básicas			
CHIZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 5 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.			
GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012			
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7			

ed. São Paulo: Atlas, 2013
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007
VERGARA, Sylvia C. Métodos de pesquisa em administração. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
Referências complementares
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação - referências - apresentação. 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2002a.
_____. NBR 10520: informação e documentação - citações em documentos - apresentação. 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2002b.
_____. NBR 14724: informação e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação. 3.ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.
_____. NBR 15287: Projeto de pesquisa - apresentação. 3 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.
MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: A prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

10.3 TERCEIRO SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Direito Tributário	Código:	DT
Carga horária semestral:	80h	Semestre:	3º
Ementa			
O Direito Tributário e os Limites ao Poder de Tributar. Princípio da Legalidade Tributária. Princípio da Anterioridade Tributária. Princípio da Isonomia Tributária. Princípio da Irretroatividade Tributária. Princípio da Vedação ao Confisco. Princípio da Não Limitação ao Tráfego de Pessoas e Bens e a Ressalva do Pedágio. Outros Princípios constitucionais Tributários. Imunidades Gerais e Recíproca. Imunidades dos Templos Religiosos. Imunidades não Autoaplicáveis. Imunidades de imprensa. Imunidade Musical. Sistema Tributário Nacional. Espécies de Tributos e Impostos. Taxa. Contribuição de Melhoria. Empréstimo Compulsório. Contribuições. Fontes do Direito Tributário. Responsabilidade Tributária. Crédito Tributário. Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário. Impostos.			
Referências básicas			
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.			
CRUZ, Flávio; VICCARI, Adauto; GLOCK, José Osvaldo; HERZMANN, Nélio; TREMEL, Rosângela. Lei de responsabilidade fiscal comentada: lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. São Paulo: Atlas, 2014.			
FABRETTI, Lúdio Camargo. Contabilidade tributária. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2014.			
BALEEIRO, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.			
Referências complementares			
ÁVILA, Humberto. Sistema constitucional tributário. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.			

CHAVES, Francisco Coutinho. Planejamento tributário na prática: gestão tributária aplicada. São Paulo: Atlas, 2014.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 14 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

ICHIHARA, Yoshiaki. Direito tributário. São Paulo: Atlas, 2015.

MACEI, Demetrius Nichele. Ato cooperativo & tributação. Curitiba: Juruá, 2014.

MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PAULSEN, Leandro. Impostos federais, estaduais e municipais. 10 ed. Porto Alegre: Liv. do Advogado, 2016.

PINTO, Antonio Luiz de T.; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos S.; CÉSPEDES, Livia. Código tributário nacional: : Constituição Federal. São Paulo:Saraiva, 2015.

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Contabilidade Pública	Código:	CP
Carga horária semestral:	80h	Semestre:	3º
Ementa			
<p>Conceito, definição, princípios e campo de aplicação da Contabilidade Pública. Informações exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000. Patrimônio na Administração Pública. Inventário na Administração pública. Regimes contábeis. Demonstrações Contábeis. Análise de Indicadores e indicativos Contábeis. Contabilidade Sintética. Sistema financeiro. Sistema Orçamentário. Sistema Patrimonial. Sistema de compensação. Plano de Contas. Novos pressupostos da contabilidade pública.</p>			
Referências básicas			
<p>QUINTANA, Alexandre Costa, et. al. Contabilidade Pública: de Acordo com as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>ROSA, Maria Berenice. Contabilidade do Setor Público: de Acordo com as Inovações das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>SILVA, Lino Martins. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p>			
Referências complementares			
<p>ANGELICO, João. Contabilidade Pública. 8.ed. São Paulo: Atlas, 1994.</p> <p>CASTRO, Domingos Poubel de. GARCIA, Leice Maria. Contabilidade Pública no Governo Federal: Guia para Reformulação do Ensino e Implantação da Lógica do SIAFI nos Governos Municipais e Estaduais com Utilização do Excel. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>CECCATO, Marcio; CARVALHO, Deusvaldo. Manual Completo De Contabilidade Pública. São Paulo: Editora Elsevier – Campus, 2011.</p> <p>MAUSS, César Volnei; SOUZA, Marco Antônio. Gestão de Custo aplicada ao Setor Público: Modelo de mensuração e Análise da eficiência e eficácia governamental. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p>			

SILVA, Valmir Leôncio da. A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público: uma abordagem prática. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Gestão de Projetos	Código:	GP
Carga horária semestral:	80h	Semestre:	3º
Ementa			
<p>Conceituação geral de projeto. Gestão da elaboração e execução de projetos. Tipos de projetos. Elementos básicos dos projetos: Escopo, Tempo, Custo, Recursos Humanos, Comunicação, Risco, Aquisições e Qualidade. O produto do projeto, seu público-alvo e beneficiários. Aspectos administrativos e legais, econômicos, técnicos e financeiros. Critérios de análise de viabilidade econômica de um projeto. Elaboração e análise de projetos de viabilidade. Financiamento de projetos públicos.</p>			
Referências básicas			
<p>CARVALHO, Marly Monteiro de; RABECHINI JR. Roque. Fundamentos em Gestão de Projetos: construindo competências para gerenciar projetos. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>CLEMENTE, Ademir (Organizador). Projetos empresariais e públicos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>CRUZ, Fábio. Scrum e Agile em projetos guia completo: conquiste sua certificação e aprenda a usar métodos ágeis no seu dia a dia. Rio de Janeiro: Brasport, 2015.</p> <p>MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Administração de projetos: como transformar idéias em resultados. Atlas, 2010.</p>			
Referências complementares			
<p>CARNEIRO, Margareth F. Santos. Gestão pública: o papel do planejamento estratégico, gerenciamento de portfólio, programas e projetos e dos escritórios de projetos na modernização da gestão pública. Rio de Janeiro: Brasport, 2010.</p> <p>CARVALHO, Marly Monteiro de; RABECHINI JR. Gerenciamento de projetos na prática: casos brasileiros. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>CLEMENTE, A.; COSENZA, CAN. Análise da localização de projetos. Projetos empresariais e públicos, v. 2, p. 119-143, 2008.</p> <p>FARIA, José Henrique de. Análise crítica das teorias e práticas organizacionais. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>MOLINARI, Leonardo. Gestão de Projetos: teorias, técnicas e práticas. 1.ed. São Paulo: Ed. Erica, 2010.</p> <p>MENDES, João Ricardo B.; VALLE, André B.; FABRA, Marcantonio. Gerenciamento de projetos. Rio de Janeiro: FGV, 2009.</p> <p>TRENTIM, Mário H. Gerenciamento de Projetos: guia para as certificações CAPM E PMP. 2 ed. São Paulo:Atlas, 2014.</p> <p>VIEIRA, Marconi F. Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.</p>			

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Estatística e Indicadores Aplicados à Gestão Pública	Código:	EIAP
Carga horária semestral:	80h	Semestre:	3º
Ementa			
Estatística descritiva: representação tabular e gráfica, medidas de tendência central e dispersão. Correlação e Regressão Linear. Tópicos iniciais de amostragem. Elaboração de questionário. Conceitos, tipos e características de indicadores de desempenho. Classificação de indicadores. Critérios de construção de sistemas de medição de desempenho. Aplicabilidade dos indicadores.			
Referências básicas			
<p>FONSECA, Jairo S.; MARTINS, Gilberto de A. Curso de Estatística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>Fundação Nacional da Qualidade. Indicadores de Desempenho – Estruturação do Sistema de Indicadores Institucionais. 3.ed. São Paulo: Fundação Nacional da Qualidade, 2012.</p> <p>MARTINS, Gilberto de A.; DOMINGUES, Osmar. Estatística geral e aplicada. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>KAZMIER, Leonard J. Estatística Aplicada a Administração e Economia. 4.ed. Porto Alegre: Bookman Companhia Ed., 2007.</p> <p>TIBONI, Conceição Gentil Rebelo. Estatística Básica: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Tecnológicos e de Gestão. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>			
Referências complementares			
<p>ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A. Estatística aplicada à Administração e Economia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.</p> <p>BONAFINI, Fernanda Cesar. Estatística. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.</p> <p>BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos –SPI. Indicadores de Programas: Guia Metodológico. Brasília MP, 2010.</p> <p>COSTA, Giovani Glaucio de Oliveira. Curso de Estatística Básica: Teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>JANNUZZI, Paulo. M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.</p> <p>NOVAES, Diva Valério; COUTINHO, Célia de Queiroz e Silva. Estatística para a educação profissional. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>SILVA, Christian L. SOUZA-LIMA, José Edmilson de. Políticas Públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável. São Paulo. Editora Saraiva, 2010.</p> <p>VIEIRA, Sônia. Bioestatística: tópicos avançados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.</p>			

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Marketing no Setor Público	Código:	MSP
Carga horária semestral:	40h	Semestre:	3º

Ementa
Fundamentos do marketing integrado. Marketing voltado para valor. Ética em marketing. Marketing social. Marketing voltado para as causas sociais. Mix de marketing social. Marketing de relacionamento. Bases para a elaboração de um plano de marketing. Planejamento da comunicação no setor público a partir das contribuições do marketing governamental, social e político.
Referências básicas
KOTLER, Philip. LEE, Nancy. Marketing no setor público: Um Guia para um desempenho mais Eficaz. Porto Alegre. Ed. Bookam. 2008.
DE OLIVEIRA, Aline Lourenço et al. O marketing público no contexto da reforma gerencialista do Estado. Desenvolve, v. 2, n. 2, p. 103-116, 2013.
SHIRAIISHI, Guilherme. Administração de Marketing. 1.ed. São Paulo: Pearson Brasil., 2012
Referências complementares
COBRA, Marcos. Administração de Marketing no Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.
FIEL FILHO, Alécio; KANAANE, Roberto; FERREIRA, Maria das Graças (Organizadores). Gestão Pública: Planejamento, Processos, Sistemas de Informação e Pessoas. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de Serviços. 6.ed. Sao Paulo: Atlas, 2012.
LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Qualidade Total em Serviços: conceitos, exercícios, casos práticos. 6.ed. Sao Paulo: Atlas, 2008.
PALMER, Adrian. Introdução ao Marketing: teoria e prática. 1.ed. Rio de Janeiro: Atica, 2007.
KELLER, Kevin Lane. KOTLER, Philip. Administração de Marketing. 14.ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2012.

PLANO DE DISCIPLINA CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina: A definir	Optativa I	Código:	-
Carga horária semestral:	40h	Semestre:	3º

10.4 QUARTO SEMESTRE

PLANO DE DISCIPLINA CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Projeto Integrador	Código:	PI
Carga horária semestral:	80h	Semestre:	4º
Ementa			
Definição de projeto integrador e seus objetivos. Indissociabilidade do Ensino-Pesquisa-Extensão. O papel da Extensão nos Institutos Federais. Etapas do Projeto.			

Referências básicas
FAGUNDES, José. Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas. Campinas: Editora UNICAMP, 1986.
FAZENDA, I. C. A. (org.). O que é interdisciplinaridade? São Paulo: Cortez, 2008.
GARDNER, H. Inteligências múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
SANTOS, J. Educação profissional & práticas de avaliação. São Paulo: Editora Senac, 2010.
Referências complementares
BRASIL Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. (Série legislação ; n. 125).
FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: dicionário em construção. São Paulo: Cortez, 2002.
FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: qual o sentido? 2 ed. São Paulo: Editora Paulus, 2006. Florianópolis: Perspectiva, v. 33, n. 3, p.1229-1256, set./dez. 2015.
GONÇALVES, N.G. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. MELO NETO, José Francisco. Extensão Universitária: bases ontológicas. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.
PETRAGIA, I. C. Interdisciplinaridade: o cultivo do professor. São Paulo: Pioneira, Universidade São Francisco, 1993.

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Empreendedorismo Governamental e Inovação em Gestão Pública	Código:	EG
Carga horária semestral:	80h	Semestre:	4º
Ementa			
Relação teórica entre empreendedorismo e inovação. Conceitos iniciais sobre empreendedorismo. Migração do estado patrimonialista ao estado empreendedor. Gestão Empreendedora: análise de cenário; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições das ações; gestão por resultado. Caracterização do empreendedorismo governamental. Políticas públicas de inovação. Indicadores de pesquisa e desenvolvimento (P&D) no Estado e nas organizações. Financiamento estatal da pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I).			
Referências básicas			
TIDD, Joe; BESSANT, John. Gestão da inovação. Porto Alegre: Bookman, 2015.			
DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor. São Paulo: Cengage Learning, 2014.			
DORNELAS, José. Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.			
MAZZUCATO, Mariana. O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs setor privado. São Paulo: Portifólio-Penguin, 2014.			

Referências complementares

DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa. 30 ed. São Paulo: Cultura, 2006.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócio. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FERNANDES, Bruno Henrique R. Administração estratégica: da competência empreendedora à avaliação de desempenho. São Paulo: Saraiva, 2005.

OCDE. Manual de Oslo. Diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre Inovação. 3. Ed. Tradução FINEP, 2007.

PELAEZ, Victor; SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). Economia da Inovação Tecnológica. São Paulo: Hucitec-Ordem dos Economistas do Brasil, 2006.

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Governança Pública	Código:	GOP
Carga horária semestral:	80h	Semestre:	4º
Ementa			
As Bases Teóricas e Históricas da Governança na Administração Pública. Transparência; Características da Governança no Setor Público. Formas de Governança no Setor Público - o Estudo 13 do PSC/IFAC. A Governança Pública e a rediscussão do papel da Administração Pública. Indicadores de Governança de Países. O Papel dos Órgãos de Controle na Governança do Setor Público. Auditoria Governamental: finalidade, objetivo e campo de atuação. Tipos de auditoria governamental. Normas, planos e programas de auditoria. Práticas de Governança no Setor Público Municipal.			
Referências básicas			
GUERRA, Evandro Martins. Os controles externo e interno da Administração Pública. 2.ed. revisada e ampliado. 2 reimpressão. Belo Horizonte: Fórum, 2011.			
MATIAS-PEREIRA, José. Governança no setor público. São Paulo: Atlas, 2010.			
ROCHA, Arlindo Carvalho. Auditoria governamental: uma abordagem metodológica da Auditoria Gestão: avaliação, controle e accountability. Curitiba: Juruá, 2013.			
Referências complementares			
FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Tomada de contas especial: processo e procedimento nos tribunais de contas e na administração pública. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2015.			
FRANÇA, Phillip Gil. Controle da administração pública: combate à corrupção, discricionariedade administrativa e regulação econômica. São Paulo: Saraiva, 2016.			
GOMES, Ana Paula. Elementos de Auditoria Governamental. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014.			
QUINTANA, Alexandre Costa. MACHADO, Daiane Pias. QUARESMA, Jozi Cristiane da Costa. MENDES, Roselaine da Cruz. Contabilidade Pública: de Acordo com as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2015.			
SILVA, Valmir Leôncio da. A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público: uma abordagem prática. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2012.			

PLANO DE DISCIPLINA CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Planejamento e Gestão Estratégica	Código:	PGE
Carga horária semestral:	80h	Semestre:	4º
Ementa			
<p>Conceitos e pressupostos da formulação estratégica. Fundamentos da gestão estratégica. Estratégias organizacionais na Gestão Pública. Etapas do Planejamento estratégico. Métodos de elaboração do plano estratégico. Implementação e gerenciamento do plano estratégico. O Planejamento Estratégico como instrumento de Gestão e aprendizagem organizacional. Balanced Scorecard (BSC): missão, visão, valores. Matriz SWOT. 5W2H - Plano de ação: metas e objetivos estratégicos.</p>			
Referências básicas			
<p>PEREIRA, José Matias. Manual de gestão pública contemporânea. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>REBOUÇAS, Djalma de Pinho. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 33 ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>REZENDE, Denis Alcides. Planejamento Estratégico Público ou Privado. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p>			
Referências complementares			
<p>ALMEIDA, Martinho Isnard R. Manual de Planejamento Estratégico. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>BÊRNI, Duílio A. Teoria dos Jogos: jogos de estratégia, estratégia decisória, teoria da decisão. Rio de Janeiro: Reichmann e Affonso Ed, 2004.</p> <p>DECOURT, Felipe; NEVES, Hamilton da Rocha; BALDNER, Paulo Roberto. Planejamento e Gestão Estratégica. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.</p> <p>REBOUÇAS, Djalma de Pinho. Administração Estratégica na prática. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>SLOMSKI, V. Controladoria e Governança na Gestão Pública. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>TAVARES, Mauro C. Gestão estratégica. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>			

PLANO DE DISCIPLINA CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Direito Ambiental e Responsabilidade Socioambiental	Código:	DAS
Carga horária semestral:	40h	Semestre:	4º
Ementa			
<p>A crise ambiental e a formação do Direito Ambiental internacional e nacional. Princípios de Direito Ambiental. Proteção do meio ambiente na Constituição Federal. Repartição de competências em matéria ambiental. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Tutela do Risco. Responsabilidade civil ambiental: o dano ambiental e a sua reparação. Infrações administrativas e crimes ambientais. Compensação ambiental. Políticas de educação ambiental - Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002. Ferramentas, normas e certificações que envolvem a questão ambiental e da responsabilidade socioambiental. Desenho e implementação de programas de</p>			

Responsabilidade Socioambiental. Instrumentos de auditoria e divulgação de resultados de ações sustentáveis.

Referências básicas

ALBUQUERQUE, José de Lima. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social: Conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009.

BESSA, Paulo Antunes. Direito Ambiental. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 20ª ed. São Paulo, Malheiros, 2008.

Referências complementares

BARBIERI, Jose Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.

BELTRÃO, Antonio. Manual de Direito Ambiental. São Paulo: Método, 2008.

NASCIMENTO, Luis Felipe. Gestão Ambiental e Sustentabilidade. Florianópolis: UFSC/ Brasília: CAPES; UAB, 2012.

SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. 9ª ed. São Paulo: Malheiros: São Paulo, 2011

TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PLANO DE DISCIPLINA CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina: A definir	Optativa II	Código:	-
Carga horária semestral:	40h	Semestre:	4º

10.5 DISCIPLINAS OPTATIVAS

PLANO DE DISCIPLINA CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Tendências Contemporâneas em Gestão Pública	Código:	TCGP
Carga horária semestral:	40h	Semestre:	A definir
Ementa			
Fundamentos constitucionais para Gestão Pública. Governança na gestão pública (accountability). Gestão do Conhecimento. Os desafios das organizações públicas na era da informação, do conhecimento e da tecnologia. Modelo de Gestão para as organizações públicas: perspectivas do passado, do presente e tendências. Serviço Público e solidariedade para com o meio ambiente.			

Referências básicas
<p>BATISTA, Fábio Ferreira. Modelo de Gestão do Conhecimento para Administração Pública: como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão. Brasília: IPEA, 2012.</p> <p>LIMA, Paulo Daniel Barreto. A excelência em gestão pública: a trajetória e a estratégia do GESPÚBLICA. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2013.</p> <p>OLIVEIRA, Ricardo de. Gestão Pública: democracia e eficiência - uma visão prática e política. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.</p> <p>PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma gestão pública. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.</p> <p>PEREIRA, José Matias. Manual da Gestão Pública Contemporânea. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2012</p>
Referências complementares
<p>BARRETO, Paulo Daniel. A excelência em Gestão Pública.1.ed. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.</p> <p>BARROS, Célio da Costa. O impacto da auditoria de governança na administração pública federal brasileira: o caso do acórdão/TCU 1.603/2008. 2014.</p> <p>BRANDÃO, Hugo Pena et al. Gestão por competências e gestão do conhecimento. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.</p> <p>MACEDO, Fabricio de Queiroz et al. Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p>

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Inclusão Social e Digital	Código:	ISD
Carga horária semestral:	40h	Semestre:	A definir
Ementa			
<p>Análise dos aspectos teóricos e metodológicos da inclusão social. Os processos de implementação da proposta de inclusiva social e a dinâmica da inclusão no cotidiano da sociedade. Noções de Língua Brasileira de Sinais. Considerações sobre o Braille. Tipos de necessidades especiais físicas e cognitivas. Cibercultura e Redes Sociais: tendências e debates. Políticas Públicas de Inclusão Sociodigital. Inclusão Digital e Acessibilidade.</p>			
Referências básicas			
<p>ABRAMOXICZ, Anete e SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). Afirmando diferenças. Campinas/SP: Papirus, 2015.</p> <p>BIANCHETTI, Lucídio, FREIRE, Ida Mara. Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. Campinas, SP: Papirus, 2000.</p> <p>LÉVY, Pierre. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.</p>			
Referências complementares			
<p>GRACIANI, Maria Stela Santos. Pedagogia social. São Paulo: Cortez, 2014.</p>			

LEMOS, André. CUNHA, Paulo (orgs.). Olhares sobre a cibercultura. Sulina: Porto Alegre, 2003.
MINHOTO, Antônio (org.). Constituição, minorias e inclusão social. São Paulo: Rideel, 2009.
SANTAELLA, Lucia. Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulos, 2004.
SANTOS, Mônica Pereira dos e PAULINO, Marcos Moreira (orgs.). Inclusão em educação. 2.ed., São Paulo: Cortez, 2008.

PLANO DE DISCIPLINA CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Atividade Física e Qualidade de Vida do Trabalhador Público	Código:	ATIV
Carga horária semestral:	40h	Semestre:	A definir
Ementa			
Atividade física, saúde e qualidade de vida. Os componentes da aptidão física relacionada à saúde. Testes, medidas e avaliação da aptidão física relacionada à saúde. Princípios básicos do condicionamento físico para o bem-estar e atividades laborais. Educação para um estilo de vida ativo e promoção da saúde. Exercícios físicos e as doenças relacionadas à atuação profissional na Gestão Pública. Os componentes do perfil de estilo de vida individual: atividade física, alimentação, comportamento preventivo, relacionamentos e controle do estresse. Esporte e o lazer ativo como mecanismo de promoção da saúde.			
Referências básicas			
FOSTER, Carl e MAUD, Peter J. Avaliação fisiológica do condicionamento físico. [S. l.]: Phorte, Editora, 2009.			
HIRSCHBRUCH, Márcia Daskal; CARVALHO, Juliana Ribeiro de. Nutrição Esportiva: uma visão prática. 2. ed. São Paulo: Manole, 2008.			
NAHAS, Markus Vinicius. Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 6. ed. Londrina: Midiograf, 2013.			
Referências complementares			
FOSTER, Carl e MAUD, Peter J. Avaliação fisiológica do condicionamento físico humano. 2. ed. Phorte Editora, 2009.			
NOBRE, Moacyr; ZANETTA, Rachel. Multiplicadores do Estilo de Vida Saudável. Artmed, 2011.			
OGATA, Alberto SIMURRO, Sâmia. Guia Prático de Qualidade de Vida: como planejar e gerenciar o melhor programa para sua empresa. Elsevier, 2009.			

PLANO DE DISCIPLINA CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Economia Brasileira	Código:	EB
Carga horária semestral:	40h	Semestre:	A definir

Ementa
Fundamentos políticos da formação econômica do Brasil. O processo de industrialização no Brasil. Desigualdade, inflação e desemprego na economia brasileira. A inserção externa da economia brasileira. Reflexões sobre o processo de construção do Brasil, enfocando as principais fases de sua trajetória, contextualizadas no cenário mundial: a formação da sociedade brasileira, de sua economia, seu processo de desenvolvimento, as forças sócio-políticas, a construção da identidade do país como nação diversificada étnica e culturalmente, os aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e educacionais que marcam sua trajetória histórica, os problemas atuais, suas possibilidades de organização, desenvolvimento e integração.
Referências básicas
<p>BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.</p> <p>FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 19. ed. São Paulo: Nacional, 1984.</p> <p>FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.</p> <p>FURTADO, Celso. Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII. São Paulo: HUCITEC e ABPHE, 2001.</p> <p>HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. 11. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. SINGER, Paul. Globalização e desemprego. Diagnóstico e Alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.</p>
Referências complementares
<p>DELFIN NETTO, Antonio et al. Alguns aspectos da inflação brasileira. Serie Estudos Associação Nacional de Programação Econômica e Social (ANPES), n. 1, São Paulo, 1965.</p> <p>FURTADO, Celso. Raízes do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.</p> <p>FURTADO, Celso. Economia do desenvolvimento. Curso ministrado na PUC-SP em 1975. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.</p> <p>LESSA, Carlos. Brasil, nação evanescente? Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 18 mar. 2008. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1803200808.htm>.</p> <p>VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.</p>

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Língua Brasileira de Sinais	Código:	LIBRAS
Carga horária semestral:	40h	Semestre:	A definir
Ementa			
Aspectos históricos e conceituais da cultura surda e filosofia do bilinguismo. Fundamentos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Aquisição e desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em LIBRAS.			
Referências básicas			

<p>GESSER, Audrei. Libras: que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2011.</p> <p>LIRA, Guilherme de Azambuja. Dicionário da língua brasileira de sinais: LIBRAS : versão 2.0. Rio de Janeiro: Acessibilidade Brasil, 2005.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>
<p>Referências complementares</p>
<p>BRANDAO, Flavia. Dicionário ilustrado de Libras: Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: Global, 2011.</p> <p>COPOVILLA, F. C. & RAPHAEL, V. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira. Vol. I e II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.</p> <p>CAPOVILLA, Fernando Cesar. Enciclopédia da língua de sinais brasileira v.1: o mundo do surdo em libras. Sao Paulo: EdUSP, 2009.</p> <p>FIGUEIRA, Alexandre dos S. Material de apoio para o aprendizado de Libras. São Paulo: Phorte, 2011.</p> <p>FRIZANCO, Mary L. E.; et al. Livro ilustrado de Língua Brasileira de sinais. São Paulo: Nova Cultural, 2009.</p> <p>KOJIMA, Catarina Kiguti. LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais - a imagem do pensamento. Sao Paulo: Escala, s.d.. PEREIRA, Maria Cristina da C. Libras. São Paulo: Pearson, 2011.</p>

<p align="center">PLANO DE DISCIPLINA CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD</p>			
Disciplina:	Multiculturalismo e Direitos Humanos	Código:	MDH
Carga horária semestral:	40h	Semestre:	A definir
Ementa			
<p>Identidade, diferença e diversidade sociocultural. Aspectos culturais e educação afrodescendente. Afrodescendentes no Brasil: história, movimentos sociais. Cidadania e políticas de ação afirmativa. Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Indígena. Os africanos e os afrodescendentes no Brasil colonial, independente e contemporâneo. Manifestações culturais afrobrasileiras. Crítica ao mito da democracia racial e implantação de políticas afirmativas relacionadas às relações inter-étnicas. A cultura indígena no Brasil: aspectos culturais e educação indígena. Evolução dos Direitos Humanos. Fundamentos dos Direitos Humanos. Direitos Humanos, igualdade, diversidade e responsabilidade. Direitos Humanos e minorias.</p>			
Referências básicas			
<p>ALBUQUERQUE, Antonio. Multiculturalismo e direito a autodeterminação dos povos indígenas. São Paulo: SAFE, 2008.</p> <p>CASTILHO, Ricardo. Direitos humanos. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (Sinopses jurídicas, v.30).</p> <p>MELO, Elisabete; BRAGA, Luciano. Historia da África e afro-brasileira. São Paulo: Summus, 2010.</p> <p>SANTIAGO, Gabriel L. Três leituras básicas para entender a cultura brasileira. 2.ed. São Paulo: Átomo, 2011.</p> <p>WATS, Alan. Cultura da contracultura. São paulo: Mauad, 2012.</p>			

Referências complementares
<p>FAUSTINO, Osvaldo. A legião negra: a luta dos afro-brasileiros na revolução constitucionalista de 1932. São Paulo: Summus, 2011.</p> <p>DIAS, Reinaldo. Introdução aos direitos humanos. São Paulo: Alínea, 2012.</p> <p>MONTE, Mario Ferreria; BRANDAO, Paulo de Tarso. Direitos humanos e sua efetivação na era da transnacionalidade: debate luso-brasileiro. São Paulo: Juruá, 2012.</p>

PLANO DE DISCIPLINA CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Inglês Aplicado à Gestão Pública	Código:	IAGP
Carga horária semestral:	40h	Semestre:	A definir
Ementa			
Estratégias e técnicas de leitura. Uso do dicionário bilingue. Vocabulário e sintaxe em contextos significativos. Itens lexicais e categoriais. Funções linguísticas. A língua inglesa aplicada ao campo da gestão. Estrutura textual			
Referências básicas			
<p>EVARISTO, Socorro. Inglês Instrumental – Estratégias de Leitura. 1ª edição. Halley S.A. Gráfica e Editora, 1996.</p> <p>MARQUES, Amadeu. Password Special Edition. 2ª edição. São Paulo. Editora Ática, 2002.</p> <p>MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental – Módulo 2. São Paulo. Textonovo, 2004.</p> <p>MURPHY, Raymond. English Grammar in Use: a self study reference and practice book for intermediate students. 2. ed. Cambridge : Cambridge University Press, 1998.</p>			
Referências complementares			
<p>MARINOTTO, Demostene. Reading on Info Tech: Inglês para Informática. São Paulo: Novatec, 2007.</p> <p>MEDRANO, Veronica Lazybones. Ingles para Informatica. São Paulo: Bookworm, 2008.</p> <p>SOUZA, Adriana Grade Fiori et al. Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal, 2005.</p> <p>SWAN, Michael. Practical English Usage. Oxford University Press, 2005</p>			

PLANO DE DISCIPLINA CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA - Modalidade EaD			
Disciplina:	Economia Regional	Código:	ER
Carga horária semestral:	40h	Semestre:	A definir
Ementa			

Aspectos históricos da colonização do estado de Rondônia. Fundamentos políticos da formação econômica de Rondônia. Os planos de colonização do estado de Rondônia. Características do setor agrícola e extrativista. O processo de industrialização em Rondônia. Setores e atividades econômicas em expansão em Rondônia. Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico Regional.

Referências básicas

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia: Estudos avançados, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

CANUTO, Otaviano. Aprendizado tecnológico na industrialização tardia. Economia e sociedade, v. 2, n. 1, p. 171-189, 2016.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. Estudos Avançados, v. 19, n. 53, p. 187-207, 2005.

RIBEIRO, Alyson Alves; SILVIA, Ricardo Costa; CORRÊA, Silvia Silva. Geografia da soja em Rondônia: monopolização do território, regionalização e conflitos territoriais/Geography of soybeans in Rondônia: monopolization of the territory, regionalization and territorial conflicts.

CAMPOTERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, v. 10, n. 20, 2015.

Referências complementares

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). 1999.

ARAGÃO, José Lima; PFEIFER, Luiz F. Machado; BORRERO, Manuel Antônio Valdés. Ocupação tardia e o desenvolvimento da agropecuária no Estado de Rondônia: Uma história da bovinocultura no desenvolvimento regional* Delayed occupation and the development of agriculture in the state of Rondônia. Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF, v. 13, n. 1, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

_____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. MACHADO, Lia Osorio. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia Brasileira. Cadernos IPPUR, v. 13, n. 1, p. 109-138, 1999.